

2

A Economia Solidária nos anos 1990: principais controvérsias no debate contemporâneo

A preocupação deste capítulo é situar o ressurgimento da economia solidária no Brasil, a partir dos anos 1990, frente ao contexto das principais mudanças societárias, em que se destaca a crise do desemprego estrutural. Para tanto, consideramos central o resgate das principais concepções teóricas que designam as várias formas de organização do trabalho, que reaparecem, atualmente, na realidade brasileira, e que se expressam pela heterogeneidade de práticas, na perspectiva da economia solidária. Tais concepções têm em comum vários elementos como solidariedade, autogestão, autonomia, gestão democrática. É neste campo marcado por um processo complexo de imprecisões conceituais e controvérsias que situaremos as principais polêmicas em torno da economia solidária, destacando no debate contemporâneo as duas tendências centrais, já referidas na introdução deste estudo. Uma onde a ênfase está na perspectiva da economia solidária se constituir em um dos espaços de criação de uma nova cultura do trabalho; e outra com ênfase na perspectiva de que a economia solidária adquire uma nova funcionalidade no interior do modo de produção capitalista, como mais uma das estratégias do capital para garantir a acumulação à custa da superexploração dos trabalhadores. Cabe ressaltar que essas tendências se misturam na prática, portanto, não são encontradas em seu estado puro.

É neste contexto, em que se gestam movimentos contraditórios de afirmação e negação das potencialidades da economia solidária para constituir-se em um dos espaços de uma nova sociabilidade, que buscaremos situar a história do seu ressurgimento a partir dos anos 1990.

2.1.

A Economia Solidária e seu ressurgimento no Brasil dos anos 1990

No debate teórico contemporâneo sobre a economia solidária, é expresso um esforço analítico, ainda em processo de construção nas Ciências Sociais, bastante marcado por controvérsias. Aprender este movimento complexo e contraditório que se expressa na realidade brasileira impõe pensarmos que, embora haja uma tendência hegemônica do cooperativismo na perspectiva do capital, enquanto mecanismo de produção e reprodução da força de trabalho, sem gastos sociais para as instituições empregadoras,

há que se considerar, também, o crescimento de cooperativas que apontam para uma perspectiva emancipatória do trabalho, enquanto possibilidade de construção de uma nova sociabilidade.

Sem desconsiderar os alcances positivos dos movimentos sociais dos anos 1980 que contribuíram para a democratização da sociedade brasileira, o ressurgimento da economia solidária tem como determinação primeira a crise do desemprego estrutural, num contexto marcado pela associação da lógica neoliberal e da acumulação flexível, que apontam para uma direção oposta às práticas emancipatórias. Aí está o grande desafio das práticas de economia solidária se desenvolverem e subsistirem na lógica capitalista, que tem como marcas a economia de mercado e a competição entre os trabalhadores.

Partindo dessas premissas, é importante entender que, no contexto das principais transformações societárias, interessa-nos analisar o ressurgimento e crescimento da economia solidária no Brasil, especificamente no atual governo Lula da Silva, quando é criada, em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, cujo objetivo central volta-se para o apoio às práticas de economia solidária através de diretrizes articuladoras de uma política pública¹.

Todavia, vale lembrar que a noção de cooperativismo é tão antiga quanto o próprio sistema capitalista. O surgimento das primeiras cooperativas ocorreu por volta de 1826, na Inglaterra como reação à pauperização gerada pelo capitalismo industrial. Conforme Santos e Rodríguez (2002), foi também na Inglaterra que surgiram as cooperativas que passariam a ser modelo do cooperativismo contemporâneo – as cooperativas de consumidores de Rochdale, fundadas a partir de 1844, cujo objetivo inicial foi a oposição à miséria causada pelos baixos salários e pelas condições de trabalho desumanas. Também por oposição às condições desumanas de trabalho, na França, por volta de 1823, os trabalhadores franceses organizaram as primeiras cooperativas de

¹ No capítulo 3, trataremos das principais concepções que norteiam a SENAES, enquanto órgão do governo que propõe políticas públicas na perspectiva da economia solidária. Mas vale ressaltar que, embora o movimento da economia solidária seja marcado por ambigüidades e indefinições, dada a heterogeneidade de práticas que incorpora, conforme Barbosa, "... tanto os articuladores do movimento em torno da economia solidária quanto a SENAES não concebem a política pública na área como limitada a uma instância administrativa do governo federal, ao contrário, requerem a transversalidade da economia solidária pelas diversas pastas temáticas, fortalecendo as variadas ações públicas". Nesta direção, nas principais ações da SENAES é proposta uma transversalidade com os seguintes órgãos: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério das Cidades; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Ciência e Tecnologia e com a Secretaria Nacional para Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial. Para mais detalhes sobre a interface das ações da SENAES com estes órgãos do governo, ver Barbosa, 2006: 113.

trabalhadores. Conforme os autores referidos (2002), estas primeiras experiências em cooperativas surgiram da influência das teorias pioneiras do associativismo contemporâneo. Na Inglaterra, sob a influência do pensamento de Robert Owen, e na França, as teorias associativistas de Charles Fourier e de Pierre Proudhon inspiraram o estabelecimento das primeiras cooperativas de trabalhadores.

Entretanto, não mais como proposta organizada pelos trabalhadores, a partir dos anos 1970, nos países em desenvolvimento, as cooperativas foram propostas por órgãos internacionais, como forma de engajar a sociedade nos projetos de desenvolvimento e, desta forma, aliviar as pressões junto ao Estado.

Mas é a partir do contexto histórico atual que Quijano (2002) destaca duas vertentes e dois momentos para explicar como emergiram as propostas alternativas de produção ao capitalismo, situando-se na crise mundial do final dos anos 1960. A primeira vertente discutida pelo autor consiste na investigação latino-americana, que se articula em torno da questão da marginalização. Nessa primeira vertente, a partir de 1966, a marginalização é destacada no campo teórico frente às novas tendências do capitalismo nas relações entre capital e trabalho – tendências em que predominava uma crescente exclusão de trabalhadores do emprego assalariado estável. Embora não se defendesse que o segmento dos marginalizados estaria fora do capitalismo, conforme Quijano (2002), *“foi efetivamente em uma vertente desses estudos que se constatou que os ‘marginalizados’ do salário tendiam a organizar o que se denominou ‘pólo marginal’ da economia” (ibidem, _484).*

A segunda vertente, originada em torno do conceito de “estratégias de sobrevivência”, resultou da crise mundial capitalista, em meados de 1973. Contexto este que contribuiu para o aumento violento da marginalização e da pobreza vivenciada pelos trabalhadores a partir da exclusão do emprego assalariado. É nesse cenário que o conceito de estratégias de sobrevivência rapidamente se tornou universal (Quijano,2002).

O que diferencia essa segunda vertente da primeira refere-se ao reconhecimento empírico de que as mudanças nas relações entre capital-trabalho já não podiam ser percebidas como conjunturais e transitórias, como nos anos 1960, mas revelavam-se, concretamente, na realidade social, como uma tendência estrutural inerente à lógica do sistema capitalista. A massa de trabalhadores excluída do emprego assalariado, portanto, tendia a aumentar. É importante ressaltar essas duas vertentes, porque em tempos da globalização neoliberal, o fortalecimento da precarização e superexploração do trabalho

reacende a temática da economia solidária, e essas vertentes contribuem para explicar historicamente a atual tendência de crescimento das atividades não assalariadas.

Sem dúvida, nos anos 1990, o ressurgimento da economia solidária na realidade brasileira é marcado por um complexo de questões que envolvem estratégias de sobrevivência por parte dos segmentos excluídos do mercado de trabalho formal, crescimento de atividades informais com articulação direta e funcionalidade à produção capitalista, assim como uma perspectiva ligada à idéia de que a economia solidária pode ser entendida como instância de produção de novas práticas sociais – idéia expressa na concepção do trabalho a partir do seu sentido emancipatório na vida dos homens.

Entretanto, embora sob condições adversas, face às novas tendências do capitalismo, é possível supor que, na realidade brasileira, algumas práticas de economia solidária já vêm sendo desenvolvidas e buscam se colocar num discurso voltado para a constituição de uma nova sociabilidade. Porém, é preciso reconhecer que essas práticas se revelam heterogêneas no grau de desenvolvimento econômico, político, social e cultural, assim como extremamente frágeis do ponto de vista da organização política. Dessa forma, não é possível reduzir a análise à pureza de uma concepção única e “redentora”, que isola tais práticas do atual contexto capitalista.

Tendo como questão de fundo a clareza de que, na contemporaneidade, essas práticas se desenvolvem através dessa forte heterogeneidade, evidenciamos, no debate atual, que o ressurgimento das cooperativas no Brasil se relaciona a duas tendências centrais, que se interrelacionam nos planos de determinações – imediato e mediato.

No plano imediato podemos afirmar que este ressurgimento das cooperativas, como forma de organização do trabalho, se desenvolve no quadro de crise do modo de produção capitalista que se inicia já no final dos anos 1970, onde é posto em xeque o modelo taylorista/fordista. Face às transformações societárias advindas do novo padrão de acumulação, dentre elas a flexibilização das formas de contratação do trabalho, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e o desemprego estrutural, vários segmentos das classes trabalhadoras passam a se inserir em cooperativas. Nesse caso, não é possível descolar o ressurgimento das cooperativas do quadro das mudanças societárias dos anos 1990, onde um novo modo de regulação das relações sociais entre capital e trabalho se impõe na realidade brasileira.

No plano mediato, embora se considere o atual contexto das relações sociais capitalistas, tais práticas são retomadas como possibilidade de construção de uma outra lógica, baseadas num outro tipo de sociabilidade. Ou seja, na perspectiva de novos sentidos do trabalho onde se constituem como eixos centrais a solidariedade política, a cooperação, a autogestão, a gestão democrática, em oposição à concepção do trabalho na perspectiva capitalista.

Assim, é necessário ressaltar que falar do desenvolvimento das cooperativas, analisando o plano imediato e o plano mediato, levando em conta o contexto histórico brasileiro e suas contradições, é superar qualquer tentativa de idealização das unidades produtivas de economia solidária. Nesse sentido, a realidade aponta este caráter contraditório: ao mesmo tempo em que essas práticas têm uma funcionalidade ao capital, em oposição, se colocam numa perspectiva de criação de uma nova sociabilidade.

Porém, não podemos deixar de reconhecer como tendência que a determinação econômica (dimensão do mercado) do ressurgimento das cooperativas tem prevalência sobre a determinação da condição humana². Isso se reflete a partir da própria ideologia neoliberal que assume uma dimensão exacerbada do individualismo e da competitividade entre as classes trabalhadoras. Essa determinação econômica sobre a vida humana tem se manifestado como condição *sine qua non* para a conformação de uma lógica em que se aprofundam as relações sociais entre coisas e não entre os homens.

“A lógica do atual modelo de desenvolvimento econômico é a de que a plenitude do homem e de suas diferentes dimensões humanas devem ser reduzidas ao campo econômico. Neste sentido, a totalidade humana foi substituída pela representação de um homem econômico, que se move pelo princípio do prazer e do desprazer” (Tiriba, 2001: 50).

Neste aspecto, de redução das potencialidades do homem ao campo econômico, as atuais noções de empreendedorismo e empregabilidade cumprem importante papel ao reforçarem o individualismo e a competição entre as pessoas. São noções que aparecem cada vez mais nos discursos oficiais, onde a máxima é: “cada indivíduo é responsável pela capacitação para o trabalho, visando a ser dono do seu próprio negócio”. Essa força da ideologia do empreendedorismo é expressa também no incentivo à criação das cooperativas. E sob essa perspectiva acaba contribuindo para ocultar o trabalho precarizado e cada vez mais subordinado à lógica do capital.

² A seguir discutiremos, a partir de Heller (1986), a realização da própria vida através da satisfação primeira das necessidades humanas, em oposição às necessidades do capital.

Nesses discursos é preciso ter clareza de que esta orientação político-ideológica está fortemente representada na conformação das cooperativas pragmáticas³, que refletem uma tendência mercadológica. Essas práticas tendem para uma direção do aprofundamento das formas de precarização do trabalho. Para Vassapollo trata-se de um processo em que:

“As figuras do mercado de trabalho, os novos fenômenos do empreendedorismo cada vez mais se configuram em formas ocultas de trabalho assalariado, subordinado, precarizado, instável, trabalho ‘autônomo’ de última geração, que mascara a dura realidade da redução do ciclo produtivo. Na verdade, trata-se de uma nova marginalização social e não de um novo empresariado!” (2005: 106).

Mas hoje não se pode desconsiderar que, face ao desemprego estrutural, no plano imediato, a crescente inserção de vários segmentos das classes subalternizadas nas unidades produtivas de economia solidária tem passado, primeiramente, pela necessidade de sobrevivência para suprir, minimamente, as necessidades básicas. Mais que a adesão à lógica e racionalidade dos princípios e valores que permeiam a economia solidária, essas unidades produtivas ressurgem primeiramente como uma demanda concreta de estratégia de sobrevivência das classes subalternizadas, diante de um novo modo de regulação da sociedade capitalista. Como destaca Cruzii (2005):

“A economia solidária não nasceu da idéia de seus técnicos e fomentadores, mas da premência direta da condição de vida dos trabalhadores do campo e da periferia das grandes cidades, que não esperaram a vitória das ‘próximas’ eleições que trariam (trarão?) de volta (volta?) o Estado de Bem-Estar, nem a revolução socialista a produzir-se por uma classe operária em extinção.”

Neste campo, ao desenvolver uma análise sobre as condições históricas do ressurgimento da economia solidária no Brasil, e suas atuais tendências, para Cruzii (2005):

“Do ponto de vista econômico, na ótica cotidiana dos trabalhadores, a economia solidária não é uma ideologia, mas uma ‘saída’ possível, uma esperança de desafogo. Nesse caso, o senso comum parece carregado de uma lógica muito consistente, traduzida na fala de um dirigente de uma cooperativa por nós entrevistado em pesquisa recente: ‘Veja bem, professor: tem um mundo de gente querendo comprar as coisas e sem ter dinheiro pra comprar. Essa gente é a mesma gente que quer trabalhar, mas que não tem emprego. E se

³ No decorrer do texto discutiremos alguns elementos que marcam o debate sobre as cooperativas pragmáticas – também designadas de falsas cooperativas, criadas como forma de precarização do trabalho através da maior exploração da força de trabalho e da redução e/ou extinção dos direitos trabalhistas fundamentais – e sobre as cooperativas designadas por alguns autores de “verdadeiras”, aquelas que a princípio são criadas tendo como sustentáculo a solidariedade entre os trabalhadores enquanto base para o desenvolvimento do trabalho na perspectiva da autogestão e da gestão participativa, entre outros elementos.

essa gente produzisse uns pros outros? É isso que nos anima, por aqui".

A economia solidária, para a maioria dos trabalhadores, se expressa como uma estratégia de sobrevivência e não como uma alternativa, onde os indivíduos fazem suas escolhas. Mas, como o autor acima destaca, trata-se da “saída” possível para comer, dormir, vestir, diante de um quadro de exclusão do acesso aos meios de satisfação das necessidades⁴ para a própria existência humana.

Neste campo da análise das necessidades, torna-se necessário resgatar em Heller (1986) algumas importantes considerações. Para a autora, o sistema de necessidades desenvolvido pelo capitalismo se estrutura sob as necessidades do capital, o que reduz a satisfação das necessidades das classes trabalhadoras às necessidades existenciais, isto é, à necessidade de sobreviver diante de um sistema excludente. Ao confrontar este reducionismo na apreensão das necessidades existenciais, presente nas sociedades capitalistas, Heller define que:

“Las necesidades existenciales son ontológicamente primarias, desde el momento en que están basadas em el instinto de autoconservación. Tales son, entre otras, la necesidad de alimentarse, la necesidad sexual, la necesidad de contacto social y de cooperación, la necesidad de actividad” (171: 1986).

Neste sentido, desde o surgimento das sociedades capitalistas até os dias atuais, constata-se um reducionismo no trato da satisfação das necessidades das classes trabalhadoras, que se restringe à luta cotidiana para suprir as necessidades de existência, num sistema em que predominam as relações de interesses do capital sobre as relações humanas.

El capitalismo constituye la primera sociedad que mediante la fuerza y su estructura social condena a clases enteras de la población a luchar cotidianamente por la satisfacción de las necesidades existenciales puras y simples, desde la época de la acumulación originaria hasta hoy, sin hablar del Tercer Mundo. Em este sentido habla Marx de la clase obrera de su tiempo como de una clase sin necesidades, esto es, reducida al nivel bestial em la satisfacción de sus necesidades existenciales (ibidem: 171).

⁴ No livro “Teoría de las necesidades em Marx”, um dos pontos trabalhados por Heller (1986) se volta para a análise do sistema de necessidades, e define que a palavra necessidade constitui um termo vago, indeterminado e totalmente empírico. Para a autora, as necessidades são pessoais e ao mesmo tempo sociais, desde o momento em que o objeto de toda necessidade venha proporcionado por uma objetivação social. Assim, Heller conclui que não existem necessidades naturais, na medida em que elas não são objeto de uma necessidade, e sim uma condição da existência humana.

Distintas das necessidades existenciais, Heller define as necessidades propriamente humanas, *“por el hecho de que en los deseos, en las intencionalidades dirigidas hacia sus objetos, el impulso natural no desarrolla ningún papel”* (ibidem: 171). Isto se expressa tendo em vista que o objeto de toda necessidade vem proporcionado pela objetivação social. Dessa forma, para a autora, no campo da satisfação das necessidades humanas estariam: o descanso superior ao necessário para a reprodução da força de trabalho, atividades culturais, reflexão, amizade, entre outras⁵. Para a autora, além dessas necessidades humanas referidas, numa outra direção existem também as necessidades humanas alienadas. Estas se expressam a partir das necessidades de dinheiro, de poder, de ter, necessidades estas construídas historicamente no desenvolvimento do sistema capitalista.

Essas considerações, em que se distinguem as necessidades existenciais das necessidades humanas, vêm reforçar que, no contexto da globalização neoliberal em que o desemprego estrutural é uma das graves expressões da questão social, a luta das classes subalternas reduz-se à luta pela satisfação das necessidades existenciais. Vale acrescentar que as necessidades humanas alienadas (dinheiro, poder) têm tomado a frente sobre o restante das necessidades propriamente humanas (Heller, 1986: 172).

Mas para a grande maioria dos trabalhadores, na contemporaneidade, a luta desses segmentos ainda reduz-se à criação de estratégias para suprir as necessidades de existência. E nesta luta pela sobrevivência, o trabalhador desempregado busca se inserir no mercado formal, mesmo que lhe sejam oferecidas as piores condições de trabalho e salários, ou nas atividades não assalariadas. Estas últimas assumem grande proporção na atualidade diante da diminuição do típico trabalho assalariado e do sistema de proteção social que lhe é correlato.

Outro aspecto importante para compreender o processo de ressignificação das cooperativas volta-se para a noção da solidariedade, como um elemento que se destaca na contemporaneidade. Isto porque este conceito vem sendo utilizado com vários significados. Sob a perspectiva neoliberal, a solidariedade passa a ser incorporada como

⁵ Em Heller (1986), podemos afirmar que as necessidades propriamente humanas na sua plenitude somente poderão ser satisfeitas num outro tipo de sociedade, e não na capitalista – o que, para Marx, se dará a partir da instauração do socialismo.

um apelo à sociedade, de forma a-política e caridosa, visando a “responder” ao agravamento da questão social⁶.

Segundo Montaño, a estratégia neoliberal de transferência da ação social do Estado para a sociedade civil, chamada de terceiro setor, tem uma função ideológica de encobrir e gerar uma aceitação da sociedade, particularmente, em relação às mudanças no campo das políticas sociais. A lógica da descentralização e da solidariedade não-classista forja uma pseudo participação, autonomia e poder da sociedade civil sobre o campo dos direitos sociais⁷. Desse ponto de vista, o novo significado da solidariedade imposto pelo projeto neoliberal reatualiza a benemerência, a ajuda e a caridade como valores centrais no trato das questões sociais. Em consequência, retira-se do campo das contradições entre capital e trabalho o enfrentamento das expressões da questão social, em que é singular a questão do desemprego. Por meio da despolitização das relações sociais vigentes reforça-se uma solidariedade transclassista e descaracterizada na sua dimensão política. Posteriormente retomaremos essa discussão, visto que a solidariedade é a categoria base na lógica da economia solidária.

Dessa maneira, a partir do contexto dos anos 1990, marcados pela elevação dos níveis de competitividade, individualidade, produtividade, qualidade total, dentre outros, as unidades de economia solidária enfrentam o grave risco de serem cooptadas pelo capital, em detrimento dos princípios e valores que estão nas suas bases. Porém, como trataremos, esta afirmativa não desconsidera que as práticas de economia solidária se constituem em um movimento em construção, que envolve conformismo em relação à ordem vigente, mas também resistência, no sentido do desenvolvimento de suas potencialidades na constituição de uma nova sociabilidade.

Essa análise implica, portanto, resgatarmos o processo contraditório que marca as relações sociais de trabalho no atual contexto das forças produtivas. Onde, como será tratado no capítulo 2, deve-se considerar o trabalho tanto no plano da particularidade (execução da ocupação cotidiana/labor), quanto no plano da generalidade (atividade

⁶ Montaño, a partir do novo padrão neoliberal de intervenção na área social, desenvolve uma análise do Terceiro Setor no trato com a questão social. A esse respeito ver: MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

⁷ Todavia há que se considerar que, no interior da sociedade brasileira, forjam-se distintos projetos políticos que se configuram a partir de diversas concepções sobre a natureza da participação da sociedade civil no cenário político. São reveladores dois projetos políticos antagônicos: de um lado, aquele perpassado por um tipo de participação da sociedade civil ligado à lógica empresarial; de outro, um projeto político que forja no interior dos movimentos sociais uma noção da participação da sociedade civil mais vinculado à lógica emancipatória. Vale ressaltar ainda que, em ambos os projetos, identificam-se também diversidades e nuances entre as propostas dos diferentes sujeitos sociais que os compõem.

genérico-social, que transcende a vida cotidiana/work) (Heller:1991). A apreensão desse processo que se dá no âmbito das relações contraditórias entre capital e trabalho revela que, mesmo em referência à crise contemporânea no mundo do trabalho, a centralidade dessa categoria é fundamental para entendermos o atual contexto histórico. Conseqüentemente, esta análise incide também na compreensão dos processos de trabalho no campo da economia solidária que, embora respondam à dinâmica capitalista, pois nela se inserem, são atividades produtivas que buscam sinalizar para o desenvolvimento de processos de trabalho voltados primeiramente para o atendimento das necessidades das classes subalternizadas.

É claro que a pureza que exprime a concepção da economia solidária está longe da realidade que as práticas, a ela inerentes, desenvolvem. Na atual lógica da acumulação de capital e do sistema produtor de mercadorias, percebe-se que, cada vez mais, o trabalho assume uma forma de atividade estranha e fetichizada, em que a satisfação das necessidades do trabalhador é subsumida pelas necessidades do capital.

No atual contexto de acelerado desenvolvimento das forças produtivas, importa que o trabalhador produza para atender aos objetivos da empresa, do capital. Este processo vem garantindo a permanência do estranhamento, da alienação dos trabalhadores em relação ao que se produz e para quem se produz. Pode-se dizer que, mesmo diante de todo o avanço do conhecimento e da tecnologia, na contemporaneidade, as relações de estranhamento e fetiche aprofundam-se. Pois as mudanças em curso no processo de trabalho, apesar de algumas alterações experimentadas, não eliminaram os condicionantes básicos do fenômeno do estranhamento (Antunes,1999) – elemento enraizado pelo mecanismo da alienação do capital sobre o trabalho.

Em oposição a esta concepção de trabalho, que aliena e explora os trabalhadores, o segundo ponto que marca o ressurgimento da economia solidária no Brasil, e que não podemos desconsiderar é que, no plano mediato, a economia solidária se coloca numa perspectiva de construção de uma nova sociabilidade do trabalho. A essência que norteia essa concepção está no trabalho que prioriza o atendimento às necessidades humanas.

Para mostrar como são antigas as estratégias populares de sobrevivência a partir dessa lógica da reprodução ampliada da vida, da primazia das necessidades humanas, Tiriba

(2001) resgata em Thompson o conceito de economia moral das multidões⁸. Este conceito se caracteriza a partir das *“formas pelas quais os seres humanos, acumulando forças individuais e energias coletivas, materializam sua capacidade para encontrar os meios para a produção social de sua existência física e psicológica”* (Tiriba, 2001: 28). A partir dessa concepção, tais práticas seriam impulsionadas por princípios e valores coletivos na reprodução ampliada da vida, fundada numa nova cultura do trabalho. E já sinalizavam formas de resistência dos trabalhadores aos abusos de poder daqueles que os exploravam.

Como sinalizamos, embora a economia solidária nos anos 1990 seja retomada na realidade brasileira no contexto do desemprego estrutural e associada ao núcleo da produção capitalista, não se pode negar que ela se constitui, também, frente a algumas propostas de mobilização social, dentre as quais cabe destacar a mobilização de grupos e movimentos populares que buscam criar estratégias de trabalho para aqueles segmentos excluídos⁹. Conforme Cruzii (2005), a maior parte dos mobilizadores da economia solidária saiu do movimento sindical e popular dos anos 1980. *“São ativistas e ex-dirigentes desses movimentos, são militantes do MST, participantes das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, etc”*. São esses grupos que, visando a criar formas de geração de trabalho e renda, numa perspectiva de solidariedade, cooperação, autogestão, conformam hoje, as principais entidades de apoio e fomento à economia solidária no Brasil.

Se em sua essência, a economia solidária traz como proposta a organização do trabalho na perspectiva de uma nova sociabilidade, tendo por base princípios como a solidariedade intra-classe, o caráter autogestionário e a participação democrática e coletiva dos grupos nos processos decisórios, no contexto capitalista, essas práticas são desafiadas a conviver numa realidade avessa a esses princípios que norteiam a lógica da economia solidária.

⁸ O conceito de economia moral das multidões está ligado a diferentes momentos históricos e diferentes formas de organização e manifestação da população contra o abuso de poder, contra a fome. A partir da articulação dos vários segmentos destituídos dos direitos básicos da vida, Thompson, no contexto da Inglaterra do século XVIII, desenvolve uma análise do potencial organizativo da população através dos motins. Os motins da fome aparecem em diferentes histórias nacionais como na Europa, na China e na Índia. Thompson afirma que: “É improvável que os motins tivessem aparecido de forma tão universal se não tivessem produzido nenhuma ‘compensação’, um espaço onde a ação direta fosse uma proteção contra os apetites recém-liberados dos interesses agrários, um alerta aos especuladores e exploradores, e um sinal de alarme para que as autoridades acionassem as medidas de emergência e a caridade” (Thompson, 1998: 227).

⁹ Posteriormente, trataremos como nos quatro encontros do Fórum Social Mundial/FMS os movimentos sociais se articulam em torno do tema da economia solidária e a colocam na pauta das discussões, desde o primeiro FSM. Assim como exigem o reconhecimento da economia solidária no debate contemporâneo.

Neste polêmico debate sobre o ressurgimento da economia solidária, Lima (2003) traz duas questões importantes a serem consideradas. A primeira questão polêmica volta-se para as possibilidades efetivas das cooperativas, dentro da lógica do sistema capitalista, se constituírem em um avanço, na direção de uma maior democratização do trabalho, pela autogestão e posse coletiva dos meios de produção. A segunda questão destacada por Lima (2003) refere-se ao debate das cooperativas, que reacende questões colocadas no século XIX sobre a existência de cooperativas falsas – como linha auxiliar do capital – e as verdadeiras – que assumem o caráter autogestionário e solidário na perspectiva da emancipação dos trabalhadores.

No atual contexto brasileiro, Lima (2003) analisa os dois grupos de cooperativas de trabalho, como resultantes das mudanças do capitalismo contemporâneo. Num grupo, as cooperativas são designadas de cooperativas defensivas e, no outro, de cooperativas pragmáticas. As cooperativas “defensivas”, ressurgem no cenário brasileiro, formadas a partir do movimento dos trabalhadores, para manutenção do emprego em fábricas em situação falimentar, apoiadas por sindicatos, ONGs e instituições da sociedade civil, ou mesmo resultantes de programas governamentais de geração de renda para populações pobres que buscam apoiar-se nos princípios da economia solidária¹⁰.

Por outro lado, Lima (2003) identifica as chamadas falsas cooperativas, “cooperfraudes” ou cooperativas “pragmáticas”, que funcionam como terceirizadas para empresas e, em geral, foram organizadas por essas mesmas empresas, ou integram programas estatais de geração de renda, totalmente desvinculadas dos princípios do movimento cooperativista¹¹. Elas assumem um papel claro de funcionalidade ao capital, onde o trabalho, travestido de uma condição autônoma, assume uma condição cada vez mais precária. A forma como se organizam tais unidades produtivas, designadas como falsas cooperativas, foge totalmente aos princípios e valores da economia solidária, uma vez que essas práticas se confundem, a partir do uso flexível do trabalho nas relações

¹⁰ Vale registrar aqui uma preocupação apontada por Dagnino (2002), quando avalia os resultados de experiências desenvolvidas no Brasil a partir da articulação entre a sociedade civil e o Estado na construção dos espaços públicos. Neste horizonte a autora destaca algumas preocupações, dentre elas o reforço de políticas pontuais e setorializadas, limitadas a grupos específicos que de forma localizada desconsideram o sentido universalizante das políticas sociais, assim como o caráter paliativo e compensatório das políticas que se dirigem apenas a minorar e compensar minimamente os seus efeitos. Estas considerações nos remetem às práticas de economia solidária desenvolvidas na contemporaneidade por meio de vários programas e projetos, em parceria com os governos municipais, estaduais e federais e ao perigo de se reduzirem a políticas paliativas e compensatórias exclusivamente para o “pobre”.

¹¹ Ver a esse respeito Tavares (2001), quando a autora analisa a experiência das cooperativas de confecções no Estado do Ceará, que expressa exatamente esse caso das cooperfraudes. Quando empresas demitem seus funcionários, incentivam a formação de cooperativas e os “recontratam” na modalidade de cooperativas. Dessa maneira, as empresas capitalistas contratam os serviços das cooperativas sem custos com a reprodução da força de trabalho, assim como imunes dos riscos com a produção.

informais. Dessa maneira, a partir do discurso de autogestão, empreendedorismo e independência dos trabalhadores, o trabalho informal vem sendo incorporado à produção capitalista, com forte redução dos custos sociais da força de trabalho para o próprio capital.

Contudo, apesar da construção das propostas de criação de cooperativas “defensivas”, não se pode negar que a nova composição da informalidade, no atual contexto, através das formas terceirizadas, flexíveis e precárias de trabalho, ganha espaço na realidade brasileira. O contrato de trabalho é substituído por um “contrato comercial”, ou seja, pelo trabalho autônomo onde se estabelece uma relação entre a empresa e o trabalhador “independente”. Este processo vem submetendo os trabalhadores a níveis ainda maiores de precarização e exploração do trabalho, visto que seu poder de negociação fica cada vez mais fragilizado. Segundo Tavares:

“Não se trata de assalariamento ilegal, mas de formas de trabalho ditas autônomas, consentidas pelo Estado, que são, na verdade, subordinadas ao comando direto do capital e funcionam enquanto parte de sua organização produtiva” (2004: 16).

Mediante essa análise, Tavares (2004; 2001) e Antunes (1999; 2005; 2006) discordam das potencialidades da economia solidária na constituição de uma nova sociabilidade. Para esses autores, no atual contexto das transformações societárias, a economia solidária se caracteriza por uma modalidade de trabalho assalariado, travestido de trabalho autônomo. Neste aspecto, não podemos negar que as atuais mudanças estruturais no mundo do trabalho têm fragilizado a resistência dos trabalhadores e de suas organizações, o que se revela nos espaços dos sindicatos dos trabalhadores e da própria CUT.

Outro elemento que expressa a subordinação de várias atividades não assalariadas ao capital é a dependência delas em relação às entidades de fomento. Ao considerar o ressurgimento da economia solidária, no atual contexto das mudanças societárias, a partir da existência dos dois grupos de cooperativas de trabalho, para Lima (2003), verifica-se uma grande dependência. Seja de redes empresariais e órgãos públicos, nas chamadas cooperativas pragmáticas, seja de órgãos públicos de fomento, instituições da sociedade civil e até de empresas privadas nas chamadas cooperativas defensivas. Segundo o autor, essa dependência afeta diretamente a percepção do trabalhador sobre o trabalho autogestionário e suas perspectivas futuras. Por um lado, concordamos com o

autor, pois, como consequência, essa dependência leva muitas vezes a uma subordinação das unidades produtivas de economia solidária às determinações impostas pelas entidades de fomento, a que estão submetidas, não propiciando a gestão por parte dos trabalhadores associados.

Contudo, essa assertiva não quer negar a emergência, na realidade brasileira, de processos emancipatórios provenientes da organização das classes subalternas. O que se quer afirmar é que, nem sempre a relação entre as entidades de apoio e as unidades de economia solidária significa dependência que subordina, que cerceia a gestão dos associados. Ou seja, nem sempre pode ser compreendida como negação dos processos emancipatórios e de construção da identidade coletiva desses sujeitos. Entendemos que, nos diferentes espaços das práticas de economia solidária a interlocução com as entidades de apoio, sejam públicas ou privadas, pode ser um elemento importante para o fortalecimento político e econômico dos grupos subalternos.

Nessa perspectiva as reflexões de Gramsci ajudam-nos a entender o potencial dos subalternos tornarem-se dirigentes. Aqui a articulação entre entidades de apoio e unidades produtivas de economia solidária pode contribuir para a construção de práticas mais democráticas e que, conseqüentemente, possam fortalecer os processos emancipatórios que se gestam também nesses espaços. Porém, na concepção gramsciana, é preciso considerar que nessa elevação da consciência crítica dos subalternos articula-se necessariamente uma reforma econômica. Pois não é possível dissociar o econômico do político.

“Sendo a esfera econômico-produtiva inseparável da política-cultural, Gramsci observa que um grupo social não consegue exercer a ‘direção’ ético-política, sem desempenhar uma função essencial no campo produtivo, uma vez que não pode existir igualdade política completa e perfeita sem igualdade econômica” (Semeraro, 2004: 261).

De fato, nenhuma unidade de economia solidária se desenvolve de forma independente, isolada. Por isso há que se distinguir aquela dependência que se subordina à lógica do capital, que cerceia e limita as possibilidades de participação dos próprios trabalhadores no processo decisório, na autogestão, quando se criam hierarquias verticalizadas definidas pelas entidades de fomento, daquela dependência que envolve a participação da sociedade civil, órgãos públicos e privados entendidos enquanto parceiros na efetivação das práticas de economia solidária, e que qualitativamente diferem daqueles, que, sob a égide do capital, determinam a direção dos rumos dos processos de trabalho que consubstanciam essas unidades. É dessa forma que o caráter autogestionário é um princípio da economia solidária a ser considerado na análise da relação dessas unidades

com as entidades de apoio. Para que as formas de organização do trabalho, na perspectiva da economia solidária, não sejam reduzidas a simples “massa de manobra”.

Pensar na dependência numa perspectiva isenta de um direcionamento político das entidades de apoio à economia solidária seria muito ingênuo de nossa parte, pois não há uma neutralidade na forma como órgãos públicos e privados estabelecem essas parcerias. Porém, diante da fragilidade das próprias unidades produtivas de economia solidária em conceber e viver a experiência da autogestão, da autonomia e da gestão democrática, a dependência delas às entidades de apoio, de alguma forma, tende a interferir no processo participacionista dos trabalhadores nos processos decisórios.

Todavia, ainda que não possamos afirmar que existam na realidade tipos puros que representem as duas tendências expressas no ressurgimento das cooperativas nos anos 1990 (uma voltada para a reprodução ampliada da vida a partir de princípios e valores de solidariedade, da centralidade do trabalho enquanto essência do ser humano, e outra voltada para a formação das cooperativas como forma de redução dos gastos sociais e maior exploração do trabalhador atendendo à funcionalidade ao capital), podemos afirmar que, segundo as análises críticas disponíveis, as cooperativas que assumem a lógica do capital têm maior visibilidade.

É preciso reconhecer que, diante do recente ressurgimento da economia solidária na realidade brasileira, são sinalizadas posições divergentes na análise das potencialidades desses espaços. Por isso, torna-se necessária uma incursão sobre suas principais polêmicas e controvérsias.

Para compreender as questões que envolvem esse debate, resgatamos em Paoli e Telles (2000) a emergência na contemporaneidade da invenção de espaços inusitados de ação e intervenção da sociedade civil, seja no plano da política formal, seja no plano cultural. Nesta direção compartilhamos com as autoras a idéia de que a constituição atual dos direitos sociais deve ser analisada num espaço de conflitos e negociações. Trata-se de um campo democrático em construção onde podemos evidenciar, na realidade atual, experiências que agregam diversos atores sociais em torno da elaboração de políticas sociais alternativas. Dentre elas se destacam, também, a constituição das cooperativas de trabalhadores. Segundo Paoli e Telles, nos movimentos e grupos que se constituem na realidade contemporânea é preciso considerar que:

“Essa movimentação tem efeito de reinventar a política, ao colocar em foco o jogo das responsabilidades envolvidas nas várias circunstâncias

que afetam existências de grupos sociais ou de populações inteiras, e de acenar com possibilidades efetivas, inovadoras e por vezes inusitadas de ação política e intervenção pública” (2000: 114).

Nos diferentes espaços de organização da sociedade civil, marcados por um cenário em que *“a luta por direitos circunscreve um campo de conflito que é também de disputa pelos sentidos de modernidade, cidadania e democracia”* (Paoli e Telles, 2000), interessa-nos analisar as potencialidades dos espaços das práticas produtivas de economia solidária na constituição de elementos que apontem para uma nova sociabilidade.

Subentende-se que, nessa relação de afirmação e negação de uma nova sociabilidade que se constitui no interior das práticas de economia solidária, que ao mesmo tempo reafirma um tipo de inclusão social no mundo do trabalho e que é desafiada, nos marcos da globalização neoliberal, pela crescente exclusão social do trabalho, vale resgatar as principais controvérsias e concepções que norteiam seu debate no Brasil contemporâneo.

2.2.

Divergências no debate contemporâneo: principais controvérsias

Como vimos, o debate contemporâneo sobre a economia solidária é marcado por duas posições divergentes. Em um campo, apoiamos nossa análise em autores como Singer (2006; 2003; 2002; 1998) e Tiriba (2005; 2004; 2001; 1998; 1997) que, respeitadas as suas particularidades, defendem uma dimensão ampliada do trabalho, a partir da constituição de uma nova sociabilidade do trabalho, oposta à que se constitui no interior da acumulação capitalista. Por outro lado, temos a análise de Tavares (2004; 2001) e Antunes (2006, 2005; 1999; 1995), que discordam da posição anterior sobre o potencial da economia solidária na construção de uma nova sociabilidade do trabalho. Para estes últimos, de maneira geral, as atividades não assalariadas, onde se inclui a economia solidária, se articulam ao núcleo da produção capitalista, através de uma forma que aprofunda a precarização das condições de trabalho, com graves perdas dos direitos sociais trabalhistas conquistados através de um longo processo de luta das classes trabalhadoras. De acordo com Antunes:

“(…)as cooperativas originais, criadas autonomamente pelos trabalhadores, têm um sentido muito menos despótico e mais autônomo, em oposição ao despotismo fabril e ao planejamento gerencial, sendo por isso um real instrumento de minimização da barbárie, do desemprego estrutural, consistindo também num efetivo embrião de exercício autônomo do trabalho. As ‘cooperativas’ de sentido patronal têm, ao contrário, sentido completamente inverso. Na fase capitalista das megafusões, os capitais frequentemente

denominam como ‘cooperativas’, verdadeiros empreendimentos patronais para destruir direitos sociais do trabalho e precarizar ainda mais a classe trabalhadora. Transfiguraram muitas dessas experiências, utilizando-as de suas autênticas denominações, convertendo-as, então, em instrumental de destruição dos direitos visando à intensificação das formas de exploração da força de trabalho” (Antunes, 2006: 47).

Neste aspecto, as atuais mudanças estruturais no mundo do trabalho têm fragilizado a resistência dos trabalhadores e a própria conformação das cooperativas na perspectiva dos interesses desses segmentos.

Embora não possamos negar que o expressivo crescimento das práticas de economia solidária na realidade brasileira deu-se, sobretudo, no contexto histórico dos anos 1990, marcados pela ofensiva neoliberal, é preciso considerar também que, nesse cenário a economia solidária é expressão da organização de grupos e movimentos populares na luta pelo acesso ao trabalho e a reprodução ampliada da vida¹².

No esforço de identificar essas diferentes atividades não assalariadas, Cattani (2003) organizou, juntamente com vários pesquisadores voltados para uma “outra” perspectiva do trabalho, uma interessante discussão em que a preocupação central volta-se para a definição de quarenta verbetes que marcam a diversidade das concepções que hoje expressam as múltiplas iniciativas de trabalho na perspectiva de uma nova sociabilidade. Há que se destacar que, entre outros elementos, um ponto central e comum entre estas atividades consiste em sua oposição à economia capitalista. Segundo Cattani:

“Processos, instituições, valores, manifestações, etc., designados por nomes ou conceitos diversos: socioeconomia solidária, economia popular solidária, economia do trabalho, empresas autogestionárias, novo cooperativismo, investimento ético, empresa social, redes de consumo solidário e outros tantos. São fenômenos que correspondem, por um lado, a algo bem concreto (instituições formais, práticas sociais), por outro, a dimensões abstratas, como projetos, valores, percepções, etc., que não correspondem à economia e às práticas convencionais” (2003: 11).

Reconhecemos que definir e precisar melhor as concepções que envolvem as atividades não assalariadas torna-se um esforço necessário para que possamos avançar na

¹² Sob essa perspectiva de análise é preciso considerar as potencialidades dos grupos de economia solidária que emergem no interior da sociedade civil. Nesta ótica, como será desenvolvido, apoiamos nossa análise em Paoli e Telles (2000), pretendendo afirmar que “No horizonte das transformações em curso – redefinição do papel do Estado, globalização da economia, heterogeneidade das estruturas sociais e do conflito social – essa sociedade civil emergente acena com a possibilidade de novas formas de regulação da vida social. Contra os automatismos perversos do mercado e ao revés da unicidade do espaço estatal tradicional (no caso brasileiro unicidade excludente e autoritária), é uma regulação democrática que tem por pressuposto a ampliação de mecanismos de representação” (ibidem: 116). Por isso, acreditamos que o campo da economia solidária, embora frágil, também deve ser analisado no campo das lutas político-sociais.

compreensão das atuais propostas que se forjam no interior dos movimentos populares e que buscam de imediato a melhoria das condições de vida de vários segmentos que vêm sendo excluídos do mercado de trabalho.

Num primeiro momento, percebe-se que algumas destas concepções estão extremamente articuladas e apontam para a busca da consolidação de práticas produtivas, que têm como objetivo afirmar princípios e valores solidários. Porém, uma outra coisa é admitir que, no atual contexto marcado pela lógica da sociedade capitalista, as atividades não assalariadas conseguem efetivar seus princípios na prática cotidiana.

Superando a idéia de definir conceitos como: economia popular, cooperativismo ou socioeconomia solidária, entre outros, o que importa é entendermos o sentido e racionalidade da dinâmica dos processos de trabalho nas unidades produtivas de economia solidária¹³. E a partir daí analisar as potencialidades desses espaços na perspectiva de uma outra sociabilidade. Sob esta perspectiva buscamos em Cattani (2003) algumas das principais concepções que compreendem, no processo histórico atual, as atividades produtivas que se colocam como “alternativas” ao processo atual de exclusão social do mundo do trabalho. Aqui, nossa preocupação é identificar alguns elementos que expressam a perspectiva de construção de uma

nova sociabilidade, contribuindo para entendermos em que bases estão respaldados os novos sentidos do trabalho.

A economia solidária é a concepção mais abrangente e extremamente utilizada para caracterizar o conjunto das práticas emancipatórias de inserção no mundo do trabalho. Esta denominação contém todas as outras concepções. Não obstante suas diferenciações internas, as cooperativas são expressão da economia solidária, pois partem de valores e princípios centrais que a constituem, como autogestão, solidariedade, cooperação, gestão participativa, entre outros.

Na realidade brasileira, seu principal interlocutor é o economista Paul Singer que, desde a criação da SENAES, ocupa a função de Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Singer já vem contribuindo, desde os anos 1990, para

¹³ É neste sentido que optamos por utilizar o termo unidades produtivas de economia solidária, por entendermos que este abrange todas as práticas de trabalho que caminham na perspectiva da economia solidária.

a discussão e implementação de políticas públicas voltadas para essas práticas. Para o autor (2003), não desconsiderando as acepções variadas que tomam as formas de inserção no trabalho a partir da perspectiva emancipatória, todas giram ao redor da idéia da solidariedade¹⁴. Trata-se, na versão do autor, da dimensão de solidariedade para com o outro, numa perspectiva política intra-classista, em que a noção de solidariedade no trabalho se desenvolve através de um modo de produção e distribuição em que os meios de produção são coletivos, há gestão democrática e repartição da receita líquida entre os cooperados. Sob essa ótica, as questões que envolvem o cotidiano do trabalho deverão ser discutidas e negociadas com a participação consciente de todos os trabalhadores envolvidos.

Outro conceito utilizado para definir tais práticas de inserção no trabalho refere-se à economia popular. Para Icaza e Tiriba:

“Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais” (2003: 101).

A partir desta definição duas questões são destacadas como fundamentais para caracterizar a economia popular: o fato de terem uma dimensão que transcende o ganho material, visto que se trata de uma perspectiva da reprodução ampliada da vida, e o fato de tratar-se de um conjunto de práticas que se desenvolvem entre os setores populares. Esta é uma característica que pode diferir das outras concepções, visto que o cooperativismo, por exemplo, pode ser desenvolvido por outros segmentos que não das camadas populares¹⁵. No entanto, a imprecisão do conceito de popular deve ser considerada, pois se trata de um conceito abrangente em que se incluem segmentos muito heterogêneos da sociedade brasileira. Segundo Silva:

“...o popular é uma teia social complexa, não suficientemente refletida pelas Ciências Sociais e pelo Serviço Social em particular. Saber quem é o que denominamos de popular na realidade brasileira, sua composição, sua participação ou omissão política na sociedade, os projetos sociais que ostenta, os pressupostos teóricos e éticos, o conteúdo, a proposta e as estratégias desses projetos, talvez seja a via

¹⁴ Entendemos que as unidades produtivas de economia solidária, pelas suas determinações político-ideológicas e econômicas no contexto brasileiro, não poderão ser definidas apenas pelos seus conteúdos e elementos internos, como se elas estivessem imunes à lógica de produção capitalista. Logo, há que se considerar suas determinações gerais, que se expressam no conjunto de relações envolvidas nessas experiências tais como: o tipo de relação que as unidades estabelecem com o mercado, a relação de autonomia/dependência entre essas unidades e as entidades de fomento.

¹⁵ Neste aspecto, vide as “grandes empresas capitalistas”, que fazem parte da Organização das Cooperativas do Brasil/OCB, cuja grande maioria foge totalmente dos princípios e valores em que está pautado o movimento da economia solidária no Brasil.

desmistificadora do progressismo que atribuímos ao popular” (1995: 249).

Podemos argumentar que a categoria popular poderá identificar-se com a categoria classes subalternas levantada por Gramsci, e sugestivamente incorporada neste estudo. Tendemos a reforçar o uso de classes subalternas como categoria com base social mais precisa do que de classe popular, pois a categoria classes subalternas permite compreender e captar melhor a heterogeneidade dos segmentos hoje emergentes na realidade brasileira, no contexto de precarização do mundo do trabalho.

Nesta perspectiva, conforme Monal, o conceito ampliado de “subalterno” *“incluiria as classes exploradas e, em geral, o conjunto dos oprimidos e marginalizados que, em grande medida, atuam como parte desses movimentos sociais e da sociedade civil”* (2003: 197).

Deste conceito de economia solidária com ênfase no popular, extraímos a necessidade de compreensão das particularidades que envolvem a forma de ser das classes subalternas. Visto que este segmento, sujeito das práticas de economia solidária, carrega um conjunto de crenças, valores e concepções que expressam sua forma de ver e agir no mundo. O que conseqüentemente, resulta também, no sentido que essas práticas produtivas vêm imprimindo na dinâmica dos seus processos de trabalho. Logo, há que se considerar a análise da cultura popular pois, segundo Gramsci, apud Iamamoto (2006), ela traz:

“... concepções de mundo que se expressam nas crenças, nas superstições, nas opiniões, na linguagem, no senso comum, enfim, nos modos de ver e agir. Tais concepções de mundo são indicativas da pertença a determinadas classes, elos de união com todos aqueles que partilham um mesmo modo de pensar e de agir. O que atribui um caráter distintivo ao popular é o modo de conceber a vida e o mundo, em contraste implícito ou explícito com a sociedade oficial...” (2006: 89).

Longe de cairmos numa perspectiva romântica da cultura popular supostamente marcada por uma autonomia diante da cultura dominante, sem contaminação da cultura oficial, a análise da cultura popular tem por base os processos contraditórios a ela inerentes. Este é um dos elementos chave para entendermos as diversas concepções que permeiam a economia solidária na contemporaneidade.

A concepção de cultura popular que se quer enfatizar no interior das unidades produtivas de economia solidária impõe recuperar o caráter popular como um processo que envolve oposição, resistência e defesa de uma contra-hegemonia e, ao mesmo tempo,

cumplicidade, interiorização e subordinação à hegemonia vigente. Sob essa perspectiva, a cultura popular também é carregada de conformismo e resistência diante da centralidade das demandas do capital. Como ressalta Chauí (1987), o popular é ambíguo como lógica e prática que se desenvolve sob a dominação, refletindo processos de conformismo e resistência. Neste aspecto, o popular:

“... é encarado ora como ignorância, ora como saber autêntico; ora como atraso, ora como fonte de emancipação. Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambigüidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação” (ibidem: 124).

Dessa forma, não se pode desconsiderar que a cultura popular se efetua por dentro da cultura dominante e, portanto, permeada por contradições inerentes às ambigüidades que se forjam no interior deste processo. Neste aspecto, Chauí (1987) trata a Cultura Popular no Brasil, não pelo prisma de uma totalidade que se põe como antagônica à totalidade dominante,

“... mas como um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria (o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência), distinguindo-se da cultura dominante exatamente por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência” (ibidem, 25).

A análise de Chauí sobre as formas diferenciadas de como a cultura popular se manifesta no interior da sociedade de classes, logo dotada de sentidos e finalidades diversas, aponta luzes importantes em nossa análise sobre as potencialidades das unidades produtivas de economia solidária.

Isto se explica na medida em que, ao surgirem e se desenvolverem particularmente no interior dos movimentos sociais populares, as práticas de economia solidária, que também expressam um conjunto disperso de práticas e representações – entenda-se aqui a própria diversidade da cultura popular – vai refletir as ambigüidades em que essas práticas irão se desenvolver. Não como um movimento homogêneo e antagônico, na sua totalidade, à lógica do capital, mas marcado por um jogo interno de conformismo e inconformismo, resistência e subsunção aos ditames da globalização neoliberal.

Trata-se, portanto, de uma análise que considera as potencialidades do movimento da economia solidária no Brasil, dos anos 1990, sob a perspectiva de um movimento histórico-social inserido numa sociedade de classes, e que, do ponto de vista político, apresenta grande fragilidade. Trata-se de um movimento em processo de construção e

distante daquela visão romântica e utópica das potencialidades revolucionárias, de uma virtude intrínseca às práticas de economia solidária.

A identificação dessas principais concepções teóricas da economia solidária revela várias características, que mais aproximam tais concepções entre si do que as diferem. Há imprecisões e insuficiências nas tentativas de conceituação das diferentes atividades laborativas. Entretanto, como argumento central, mais que classificar tais práticas em economia solidária, economia popular, entre outras, trata-se de apreender os “novos” sentidos e a racionalidade interna em que se gestam os processos de trabalho nas ambíguas unidades de economia solidária.

Neste sentido, o que se identifica é que, na revisão conceitual da economia solidária, considerando as diversas correntes político-ideológicas dos atores e agentes dos projetos de geração de trabalho e renda, não é possível a elaboração de apenas um conceito para definição dessas práticas. Isso se justifica frente à ambigüidade que conforma a economia solidária na contemporaneidade. Embora o discurso hegemônico, nos fóruns de economia solidária e nas entidades do governo, esteja voltado para o conjunto de práticas econômicas, sob a forma coletiva e autogestionária, tendo como sustentáculo a solidariedade, o que se percebe é que vários significados perpassam essas práticas produtivas.

Ao considerar a multiplicidade de atividades não assalariadas que se espraiam na realidade, Cattani (2003) destaca que o desafio maior volta-se para a demarcação entre as “verdadeiras” formas de inserção no trabalho, na perspectiva emancipatória, e as práticas conservadoras no chamado terceiro setor. Ainda que essa classificação seja um procedimento necessário, para que não se coloque no mesmo plano todas as práticas de economia solidária, sejam elas falsas ou verdadeiras, há que se destacar, mais uma vez, essa análise sob o prisma de um universo de práticas ambíguas. E, sob essa perspectiva, não vamos encontrar na realidade, tipos puros ou ideais que configurem a dinâmica dos processos de trabalho das unidades de economia solidária.

É nesta direção que nos apropriamos da análise de Chauí (1987) sobre o conceito de cultura popular como “... *um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência...*”, para melhor entendermos as práticas de economia solidária. Isto porque, ao situá-las no interior da ordem capitalista, em que se forjam atividades laborativas diversificadas, identificamos relações sociais de conformismo e resistência, num

processo de afirmação e negação de uma sociabilidade dotada de um novo sentido no trabalho.

Esta análise não desconsidera que, frente ao novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil, as práticas de economia solidária possam ser apropriadas pelo sistema capitalista, fugindo dos princípios e valores que as norteiam, como cooperação, solidariedade, autogestão, justiça social, entre outros. Ao mesmo tempo em que se instaura esse conjunto de valores e princípios que fundamentam as práticas de economia solidária, a realidade nos mostra que a lógica da produção capitalista caminha numa direção extremamente contrária. Embora o discurso seja de justiça social, participação e democracia, na realidade, aprofundam-se valores individualistas, competitivos e excludentes, dando margem à proliferação de “cooperativas pragmáticas” que tendem a intensificar a precarização das condições de trabalho.

É importante ressaltar que, nos anos 1990, as principais tendências de desenvolvimento do processo de ofensiva do capital ao mundo do trabalho voltam-se para a produção e constituição de uma nova objetividade e subjetividade do trabalho. Trata-se de um processo de capturação da forma de ser e pensar dos trabalhadores (Alves, 2003), em consonância com a nova estrutura do sistema do capital. Os discursos do empreendedorismo e da empregabilidade, como já sinalizamos, são expressivos nessa subordinação das subjetividades dos trabalhadores à lógica do capital.

Gramsci (1968) já apontava em seus escritos, particularmente nas páginas de “Americanismo e fordismo”, o perigo da difusão da cultura dominante na subjetividade dos trabalhadores. Mas, ao tratar a subjetividade como o fruto de um complexo processo de crítica e elaboração, de formas de consciência ingênuas e desagregadas, e de sua superação com formas representativas adequadas e coerentes, Gramsci (1968) supera os equívocos das leituras economicistas e possibilita um salto na análise da subjetividade que é capaz de ação na história.

Sob essa ótica, a subjetividade é produzida por sujeitos históricos que adquirem uma representação de si e do mundo, e de certa forma, autônoma e independente das idéias dominantes. Isto não implica desconsiderar a lógica que estrutura o sistema do capital e suas conseqüências na produção da subjetividade dos indivíduos sociais. Mas impõe compreender a subjetividade histórico-política, enquanto um processo em constante movimento na sociedade de classes. Gramsci (1968) inova profundamente a tradição do

marxismo e teoriza o próprio conceito de sociedade civil como âmbito do encontro e confronto de hegemonias ideológicas, para além da determinação estrutural.

Na contemporaneidade, Gramsci (1968) nos traz essa contribuição para entendermos o conceito de história como processo, em que se desenvolve a organização das classes subalternas. Assim, embora do ponto de vista das mudanças no mundo do trabalho, estudos apontem a apropriação das práticas de economia solidária pelo capital, o que de forma alguma deve ser menosprezado, concomitantemente, identifica-se, na realidade brasileira, um processo em que essas práticas se desenvolvem também como forma de resistência das classes subalternas à lógica do capital, ainda que se expresse como um movimento incipiente do ponto de vista da organização política.

O que se quer afirmar é que a própria realidade aponta para um processo de construção de sujeitos ativos, que buscam se organizar, não obstante o crescimento da pobreza e das desigualdades sociais. Dessa forma, não podemos desconsiderar as potencialidades de segmentos das classes trabalhadoras, que emergem como protagonistas de novas práticas na contemporaneidade, através de um processo de pressão de grupos das classes subalternas que,

“... lançam mão de leis e instrumentos jurídicos consagrados no novo texto constitucional, e em particular nas ‘leis orgânicas’ dos Municípios, para questionar a legitimidade de decisões dos executivos locais, denunciar práticas de corrupção e mal-uso das verbas públicas e cobrar dos poderes municipais critérios públicos na montagem da peça orçamentária local; para pressionar o legislativo local para a regulamentação e efetivação dos direitos garantidos na ordem legal, bem como a incorporação, na agenda política, de temas, questões e demandas formuladas por movimentos e entidades civis atuantes na região” (Paoli e Telles, 2000: 111).

Embora o tema da economia solidária não se inscreva, de fato, na agenda pública dos movimentos organizados da sociedade civil brasileira, com o crescimento da pobreza e do desemprego, os segmentos das classes subalternas buscam colocar como pauta de discussão dos governos municipal, estadual e federal a questão das práticas de economia solidária. Neste movimento, marcado pelos limites de práticas econômicas “alternativas” que por si só apresentam fragilidades diante da lógica do capital, não é possível desconsiderar que, também nos espaços em que se constituem, as práticas de economia solidária desenham uma movimentação que certamente terá como efeito a reinvenção da política (Paoli e Telles, 2000).

Nesta perspectiva, a contribuição de Gramsci é fundamental na medida em que defende a unidade dialética de identidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política, como duas esferas distintas e relativamente autônomas, mas inseparáveis na prática. A interlocução, sociedade civil e sociedade política, expressa possibilidades de espaços em movimento que apontam e requerem como horizonte a construção da democracia na perspectiva das classes subalternas, enquanto sujeitos históricos.

Essa compreensão da indissociabilidade entre sociedade civil e sociedade política, sugerida por Gramsci (1968), nos remete à análise das potencialidades da economia solidária como uma das formas de organização política das classes subalternas, em que se ressalta sua dimensão política a partir do desenvolvimento de valores extra-econômicos como liberdade, autonomia, gestão democrática. Vale destacar que essa análise não está descolada da apreensão dos elementos externos que determinam essas práticas, no atual contexto das transformações societárias¹⁶.

Nas definições das práticas de economia solidária, elementos são recorrentes nas reflexões que os autores desenvolvem. Entretanto, é importante realçar na discussão dessas concepções, que alguns autores enfocam predominantemente seus elementos internos, negligenciando os aspectos ou fatores externos que atuam na conformação das práticas de economia solidária. Sem ignorar as diferenças que existem nas definições dos autores, é preciso considerar essas abordagens sob a perspectiva de que são complementares. Pois na contemporaneidade, há uma relação dos aspectos internos que conformam as práticas de economia solidária, como a solidariedade, gestão coletiva ou autogestão, com os aspectos externos, marcados pela sociedade do capital. Nesta análise, sob a perspectiva do movimento histórico dialético, mais do que a precisão das várias definições, ainda que significativas, torna-se necessária a compreensão dessas práticas sociais, a partir do sentido e racionalidade que as conformam, sem que se percam de vista as determinações do atual contexto histórico.

A ênfase nas discussões de Tiriba (2001), de Santos (2002) e Singer (2003) incide na valorização do trabalho, a partir de valores extra-econômicos, destacando aspectos políticos e culturais, enquanto dimensões expressivas para a construção de uma nova sociabilidade. Um ponto comum entre os autores é que, mesmo reconhecendo a diversidade em suas ênfases, todos admitem que está na gênese das cooperativas

¹⁶ José Paulo Neto, em seu artigo: Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade* nº 50, Cortez: 1996, desenvolve uma síntese sobre o contexto das transformações societárias e seus rebatimentos sobre a vida social.

(Schmidt e Perius, 2003), da economia popular (Tiriba, 2001), da economia solidária (Singer, 2003), a lógica de que se trata de práticas de inserção no trabalho que se opõem à economia capitalista e que se expressam por princípios solidários.

A perspectiva de análise de Lima se distingue das demais, por colocar em foco não os elementos internos do trabalho em cooperativas mas, sobretudo, as suas determinações gerais. Neste sentido, Lima (2003) traz a discussão das cooperativas a partir da análise que privilegia os determinantes históricos e como elas se expressam na realidade, diferenciando as cooperativas verdadeiras das falsas.

Diante da complexidade do tema, Tiriba (1998) destaca que as novas práticas de economia solidária não representam necessariamente, uma resposta da sociedade civil contra os mecanismos capitalistas de exclusão social. No entanto, para a autora, mesmo considerando a diversidade e complexidade da economia popular, tais práticas podem representar os germes de uma nova cultura do trabalho. Assim Tiriba concebe a nova cultura do trabalho:

“Do ponto de vista político e ideológico, os pressupostos que nos sinalizam os marcos fundamentais de uma cultura do trabalho de novo tipo seriam relações de produção caracterizadas pela perspectiva de valor de uso e não de troca, pelas quais o trabalhador recupera o sentimento de produtor e sujeito-criador de si mesmo e da história e nas quais tendem a ser diluídas a propriedade individual dos meios de produção e a hierarquia assegurada pelos que ‘sabem’. Uma nova cultura teria como requisitos a desmercantilização da força de trabalho e um processo de desalienação do trabalhador quanto ao produto, ao processo e a si mesmo como trabalhador” (2001: 343).

Nos moldes do sistema capitalista, essa cultura do trabalho de novo tipo é utopia. Mas, como a própria autora desenvolverá (2001), tal cultura impõe também pensarmos numa sociedade de novo tipo, baseada nos produtores livremente associados. Em oposição à estrutura atual das necessidades do sistema do capital, Heller (1986) resgata em Marx a idéia da sociedade dos “produtores associados”, onde o reino da liberdade fundamenta o reino da necessidade. Esta sociedade supõe a satisfação das necessidades radicais, ou das necessidades propriamente humanas, e nela a riqueza social dos produtores associados é mensurada pelo tempo livre de trabalho.

Como já mencionamos, a análise marxiana da sociedade dos “produtores associados” está baseada filosoficamente na concepção do sistema das necessidades (necessidades existenciais e necessidades humanas). Porém, as necessidades radicais das classes

trabalhadoras são de natureza que não podem ser satisfeitas na sociedade contemporânea (Heller, 1986).

Na sociedade capitalista não é possível conceber a cultura do trabalho que tenha a desmercantilização e a desalienação como elementos-chave. Portanto, não desconsiderando as potencialidades das formas de pensar e agir das atividades não assalariadas, que se gestam na perspectiva da economia solidária, as bases concretas sobre as quais se efetivam essas práticas tendem, em determinados momentos, a ser incorporadas, de forma precarizada, à atual dinâmica da acumulação capitalista. Dessa forma, frente à ofensiva neoliberal, o processo de capturação da subjetividade das classes subalternas vem contribuindo para uma tendência de adesão conformista à satisfação das necessidades do capital.

Entretanto, é possível identificar também nesse processo o seu contrário, em que, mesmo diante dos limites impostos pela sociedade contemporânea, uma nova cultura do trabalho se gesta, trazendo a dimensão da subjetividade, a partir de valores e princípios ético-políticos que determinam novas relações sociais de trabalho, na busca de elementos que sugerem uma nova sociabilidade.

Gramsci apud Semeraro (1999:153) destaca que *“a consciência e os elementos subjetivos desempenham papel fundamental na ação política”*. Portanto, a dimensão da subjetividade associada à concepção histórica torna-se elemento fundamental para a consciência de classe. E pode sinalizar caminhos para as classes subalternas, coletivamente, construir um novo projeto de vida. Em Gramsci apud Semeraro, destacamos que:

“...em seus escritos guardam ligações profundas com o primado da subjetividade. Juntamente com a concepção histórica e imanente de sua filosofia é preciso considerar o destaque dado à liberdade e à vontade; a insistência sobre a ‘reforma moral e intelectual’ e a ação educativa das massas, a importância da escola e dos elementos culturais; a formação da consciência e a organização das classes subalternas; a função positiva das ideologias; a construção duma nova ‘concepção de mundo’...” (1999: 153).

A questão da subjetividade na construção histórica de uma nova cultura do trabalho está relacionada à possibilidade ampliada da vida, onde os elementos que envolvem os processos de trabalho pautam-se no desenvolvimento e ampliação da capacidade intelectual dos homens. Entretanto, na sociedade de classes, entre outros elementos, dada a histórica separação entre o pensar e o agir, há uma subordinação dessa

capacidade dos homens no desenvolvimento dos processos de trabalho à satisfação primeira das necessidades do capital.

Com Gramsci, defendemos a idéia de que os novos métodos e formas de organização do trabalho são inseparáveis dos modos de pensar e agir dos sujeitos sociais. *“O homem para Gramsci, é impensável fora da história das relações sociais e das transformações operadas na natureza em virtude do trabalho organizado socialmente”* (Semeraro, 1999: 154). No trabalho deve-se considerar a dimensão da subjetividade, numa perspectiva de transformação das estruturas, por meio da consciência, nunca separada dos condicionamentos sociais e dos conflitos de classes (ibidem), em que os antagonismos estão postos pelo movimento histórico de uma sociedade de classes.

Nesta perspectiva de constituição de novas práticas, os processos de trabalho no interior das unidades produtivas de economia solidária devem ser considerados a partir de condicionantes objetivos que levam às diferentes relações políticas, sociais, econômicas, culturais, como as de ordem subjetiva que os homens estabelecem na sociedade.

“Ainda que livre e criativo, portanto, o indivíduo vive dentro dum conjunto de relações sociais cuja totalidade forma o campo do ‘historicismo absoluto’. Se é na historicidade que se realiza a atividade humana, então, tanto as ‘condições materiais’ como a atividade do ‘espírito’ e da cultura não são outra coisa senão o resultado cristalizado de sujeitos concretos que operam no tempo e buscam superar as contradições com uma práxis consciente e transformadora” (ibidem: 155).

Recuperar a centralidade da subjetividade na perspectiva do trabalho significa considerar a gênese do ser social, enquanto sujeito de vontades na construção do processo de transformação de si mesmo e da realidade social. Essa perspectiva ultrapassa a visão determinista do campo econômico. Isto implica a necessidade do resgate do caráter ontológico e sociológico do trabalho, como um processo que se constitui e se reconstitui nos diferentes momentos históricos. Sob essa ótica, o pensar e o agir estão imbricados numa unidade indissociável, tornando-se elementos fundamentais na constituição deste novo trabalhador que se vislumbra.

Observa-se que essa análise supera o reducionismo da busca de uma pureza da concepção de trabalho, inexistente na realidade concreta. E nesse aspecto, a concepção ampliada do trabalho, expressa no trabalho como condição inerente ao ser humano (work), mas que, historicamente, o subsume à lógica do sistema capitalista (labor), assume fundamental importância. Neste sentido, resgatar os princípios da dimensão coletiva do trabalho, da sua primazia e o fortalecimento da igualdade e da solidariedade

intra-classes, nas unidades produtivas de economia solidária, nos leva a indagar sobre suas potencialidades – direcionadas para a construção de novos espaços de trabalho que sinalizem elementos para a constituição de uma nova sociabilidade. Esses elementos estariam relacionados, dentre outros, à análise da solidariedade intra-classes, da autogestão e da gestão democrática no interior dos processos de trabalho das práticas de economia solidária.

Essa perspectiva de construção de uma nova sociabilidade exige a análise da constituição dos espaços públicos no Brasil. Para isso é necessária a apreensão do atual cenário político, econômico, social e cultural, marcado pela corrupção impregnada nas instituições públicas, pelo aumento do desemprego e da pobreza em consonância com a redução do gasto público no campo social. Todavia, na realidade brasileira, admitimos que os espaços públicos são atravessados por um processo de conflito e de disputa, o que nos leva a pensar que, mesmo diante dos limites e incertezas quanto às possibilidades das práticas de economia solidária se efetivarem na perspectiva de constituição de uma nova sociabilidade, *“identificam-se no cenário atual alternativas de uma regulação democrática das relações sociais”*¹⁷, para as quais devem-se considerar, segundo Paoli e Telles (2000), perspectivas inéditas abertas por uma sociedade civil¹⁸ emergente na realidade brasileira.

“Se a novidade das experiências políticas recentes qualifica-se por referência ao pesado legado autoritário e excludente da história brasileira, é nelas por outro lado – e isso é o que importa aqui salientar – que se podem vislumbrar, no cenário das transformações em curso, alternativas de uma regulação democrática das relações sociais através de arenas públicas que confirmam legitimidade aos conflitos e nas quais a medida de justiça e a regra de equidade venham a ser alvo de uma permanente negociação capaz de firmar direitos como parâmetros no reordenamento de economia e sociedade” (ibidem: 115).

¹⁷ Paoli e Telles (2000: 112) resgatam, no campo das lutas populares, possibilidades democráticas a partir de novas experiências alternativas que têm centralidade na presença de sujeitos coletivos, em que se identificam “... ao menos em alguns municípios, nas práticas de orçamento participativo e nos vários fóruns de negociação em que, de formas diversas e sob composição variada, técnicos de governos, associações de moradores, entidades civis, põem representantes do Poder Legislativo, sindicatos e entidades empresariais, negociam alternativas para regulamentação fundiária, para urbanização de favelas e construção de moradias populares, gestão e usos de fundos públicos municipais para o desenvolvimento urbano e programas sociais, propostas de defesa ou recuperação do meio ambiente, apoio à chamada economia popular, possibilidade de desenvolvimento local e geração de renda (...)”.

¹⁸ Ainda segundo Paoli e Telles (2000) a sociedade civil pode ser entendida como uma articulação entre práticas associativas, o universo dos direitos e espaços democráticos de representação e interlocução pública. Porém, conforme Dagnino (2002) vale resgatar que a participação da sociedade civil nos espaços públicos não é um processo de construção democrática linear, mas contraditório e fragmentado, permeada por relações de conflito “... entre os diferentes projetos políticos que subjazem as relações entre Estado e sociedade civil...” (ibidem: 279). Essa discussão será desenvolvida posteriormente.

É, portanto, no interior dos diversos espaços de luta pela democracia, emergentes na contemporaneidade da realidade brasileira, que se forja um processo contraditório de afirmação e negação dos diferentes projetos políticos. Numa arena política de conflito, que ora incorpora, ora busca resistir às determinações das relações sociais de base capitalista, as práticas de economia solidária, nas suas ambigüidades, também vêm se desenvolvendo.

Neste campo, marcado por um processo de tensão e conflitos, autores como Tiriba (1997, 1998, 2001, 2005) e Singer (1998, 2002, 2003) defensores da economia solidária numa perspectiva emancipatória, nos indicam pontos críticos importantes para o debate. Será que a direção das práticas de economia solidária cairá em “simples” formas “alternativas” das classes subalternas sobreviverem à condição de pobreza, frente ao desemprego estrutural? Ou a força dessas práticas, a partir da centralidade da categoria trabalho, pode contribuir para a criação de espaços de resistência à hegemonia vigente? Isto seria uma ilusão? Que perspectivas prevalecem na orientação da formação dos grupos de economia solidária? Como se efetiva a autonomia dos sujeitos sociais envolvidos nessas práticas? E ainda, uma questão que é central: como pensar o desenvolvimento da economia solidária, que traz uma perspectiva de produção não capitalista, dentro do contexto do sistema capitalista? Esses questionamentos são elementos importantes na nossa pesquisa de campo, e serão discutidos, particularmente, no Capítulo 4.

Encontramos em Santos e Rodríguez (2002) um conjunto de teses que sintetizam esse debate, assim como os desafios enfrentados em experiências realizadas em diferentes contextos e relatadas por diversos autores, na perspectiva emancipatória do trabalho. Esses autores desenvolvem um estudo que aponta nove teses para pensarmos sobre os desafios e dilemas na construção de formas alternativas de organização do trabalho e, conseqüentemente, para pensarmos nos elementos que envolvem uma nova sociabilidade. Destacamos a seguir duas teses que nos pareceram mais relevantes.

A primeira tese refere-se à idéia de que *“As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e as suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos” (ibid, p. 64).*

Sem prescindir da dimensão econômico/material, condição básica para os sujeitos sociais suprirem suas necessidades, concordamos com Santos e Rodríguez quanto à

necessidade do fortalecimento dos laços de pertencimento dos grupos produtivos para a articulação de um projeto comum. Isto implica a criação de mecanismos de participação, num processo constante de aprendizagem do novo papel dos sujeitos nos grupos de economia solidária.

Em outros termos, o que se quer afirmar é que, na formação dessas práticas, que se voltam para uma outra relação social de produção, a criação dos mecanismos de participação é um aspecto importante como indicador da dimensão educativa nas unidades de economia solidária. Por isso, para que essas práticas possam se sustentar, esses mecanismos devem ser fortalecidos. Entretanto, vale ressaltar que os mecanismos de participação não estão imunes às determinações da lógica capitalista. Portanto, devem ser analisados, considerando as determinações dos traços da cultura empresarial preponderantes na realidade brasileira¹⁹.

Entre outros fatores, nessa dinâmica é fundamental potencializar a capacidade de negociação e articulação de um projeto político “minimamente” comum entre as classes subalternas, segmentos majoritários das práticas de economia solidária. Assim, podemos afirmar que:

“O reconhecimento da pluralidade e da legitimidade dos interlocutores é requisito não apenas da convivência democrática, em geral, mas especialmente dos espaços públicos enquanto espaços de conflito que têm a argumentação, a negociação, as alianças e a produção de consensos possíveis como seus procedimentos fundamentais” (Dagnino, 2002: 285).

Este processo remete à necessidade de superar as próprias dificuldades enfrentadas, também no interior dos movimentos populares, na criação de mecanismos de participação²⁰ de seus integrantes visando à articulação de um projeto comum. Conseqüentemente, reforçamos que isso “(...) *requer o reconhecimento da pluralidade como ponto de partida de um processo de busca de princípios e interesses comuns*” (*ibidem*: 286).

¹⁹ Brito, ao desenvolver uma análise sobre o caráter educativo na produção associada, ressalta que “(...) a autogestão, antes de ser um modelo de organização econômica, social e política, localizado historicamente e tematizado conceitualmente, requer de seus protagonistas atitudes que a cultura empresarial preponderantemente busca silenciar” (2004: 111).

²⁰ Um dos elementos, apontados por Dagnino (2003), como mais importante, e que vêm dificultando uma participação mais igualitária da sociedade civil, mais especificamente, dos segmentos das classes subalternas nos espaços públicos volta-se para a exigência de qualificação – técnica e política que estes não dispõem. Entende-se, portanto que a necessidade de qualificação técnica e política é um desafio e condição necessária para a construção de uma participação mais efetiva das classes subalternas nos espaços públicos.

Mais uma vez a contribuição de Gramsci (Semeraro, 1999) é expressiva para pensarmos nas potencialidades das classes subalternas. A articulação entre sociedade civil e sociedade política na construção dos espaços democráticos é questão central na criação de mecanismos de participação desses segmentos. Para isso, Gramsci recupera para a sociedade, principalmente para as forças populares, a sua capacidade de autodeterminação, de criatividade e de organização, apontando para o potencial mobilizador da sociedade civil na construção efetiva do espaço público. O que importa para Gramsci são as possibilidades que se constroem no interior do movimento das classes subalternas, em que, através da criatividade e da articulação entre as diversas associações da sociedade civil, os indivíduos aprendem a política do autogoverno e a gestão dos valores democráticos.

“Para Gramsci, a sociedade civil é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não-estatal onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos que, com sua cultura, com seus valores ético-políticos e suas dinâmicas associativas, chegam a formar as variáveis das identidades coletivas. É lugar, portanto, de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver as suas convicções e a lutar para um novo projeto hegemônico que poderá levar à gestão democrática e popular do poder” (Semeraro, 2004: 04).

O fortalecimento de um projeto comum entre os grupos de economia solidária não está dissociado da construção do projeto de transformação da sociedade civil, onde esses grupos se inserem. Assim, necessariamente, há uma inter-relação entre sociedade civil e sociedade política, esta última enquanto espaço de desenvolvimento dos valores ético-políticos dos sujeitos histórico-sociais.

Essas contribuições sugerem articular a importância e fortalecimento dos valores extra-econômicos, no campo da solidariedade, da democracia, da cultura, entre outros, que parecem sustentar a permanência dos indivíduos nas práticas de economia solidária. Por isso é importante ressaltar nessa primeira tese de Santos e Rodríguez que:

“(...) as iniciativas de produção alternativa geralmente são apenas uma parte de um projeto integral de organização comunitária. Ainda que a produção seja uma parte essencial das iniciativas porque providencia o incentivo para a participação dos atores, a decisão de empreender um projeto alternativo e a vontade diária de o manter dependem igualmente das dinâmicas não-econômicas – culturais, sociais, afetivas, políticas, etc. – associadas à atividade de produção” (Santos e Rodríguez, 2002: 64).

Esta primeira tese levantada pelos autores de que as alternativas de produção não são apenas econômicas, mas também trazem um potencial emancipatório, perpassa a ideia de vários estudiosos no campo da economia solidária. Como já sinalizamos, Tiriba (2001)

é uma das pesquisadoras que dão ênfase a esta dimensão ampliada das formas de organização do trabalho na sua perspectiva emancipatória. Nessa ótica, visando à possibilidade de criar uma nova cultura do trabalho, a autora resgata a importância dos princípios e valores que considerem em primeira instância as necessidades dos sujeitos sociais.

Pensar na construção da economia solidária envolve a explicitação do que Tiriba (2005) defende enquanto idéia do cooperativismo autogestionário, que aponta para um horizonte mais amplo, onde se configura a produção associada. Para a autora, essa produção compreende *“uma forma de organização dos trabalhadores que não diz respeito a vinte trabalhadores que olham para si mesmos, mas têm a sociedade dos produtores livres como horizonte”*. Esta idéia traz a perspectiva das unidades de economia solidária, não como um fim em si mesmas, ou no horizonte do plano mais imediato em que se organizam tais cooperativas. Mas compreende a luta das classes subalternas pela sobrevivência e também pela reprodução ampliada da vida, a partir da construção de uma nova cultura do trabalho.

Tal perspectiva, que aponta para a emancipação do homem pelo trabalho é uma utopia no interior do sistema de produção capitalista, na medida em que se trata de um processo impossível de concretização nos marcos do capitalismo. Entretanto, como horizonte de mudança, de superação do capitalismo, Tiriba (2005) destaca que é necessário que se considere a pedagogia da produção associada que, vale ressaltar, não se dissocia da construção de um projeto societário mais amplo.

Numa outra abordagem, para Tavares e Antunes, entre os estudiosos da área do trabalho, a dimensão ampliada das formas de organização do trabalho na perspectiva emancipatória é extremamente complexa e polêmica no debate contemporâneo. Especialmente pela subordinação que o trabalho assume em relação ao capital. Para Tavares (2002), as novas modalidades da informalidade ocultam as relações do trabalho assalariado, acentuando o nível de exploração das condições de vida, em que, no atual contexto da acumulação flexível, as classes subalternas são submetidas.

Aqui cabe esclarecer que, não obstante a ofensiva do capital sobre o trabalho, com conseqüências destrutivas para a maioria dos trabalhadores, não se pode negar que a economia solidária coloca-se, também, como um movimento embrionário de resistência ao capital. Embora recente e frágil politicamente, temos clareza de que não caberá ao movimento de economia solidária, assim como a qualquer outro movimento isolado, a

superação da lógica capitalista. Porém, para nós, existem experiências isoladas que acontecem na realidade brasileira e que, mesmo dentro de suas limitações e fragilidades, se configuram como experiências significativas, que podem revelar potencialidades na constituição de uma nova sociabilidade.

É preciso compreender que a construção desse processo ocorre num campo de conflito marcado pela tensão entre resistência e conformismo das classes subalternas à lógica societal. É nesta perspectiva que os espaços públicos de participação, nos quais se constituem também as práticas de economia solidária, devem ser tomados, não como resultantes do potencial democratizante de uma única e homogênea variável, mas como resultado de relações complexas de forças heterogêneas, que envolvem atores os mais diversos (Dagnino, 2002: 297).

Isso implica considerarmos as contradições inerentes à própria organização das práticas de economia solidária, diante dos diferentes projetos políticos que se expressam nos espaços públicos da realidade brasileira. Daí a necessidade de considerar a economia solidária, também sob o ponto de vista das experiências vivenciadas pelos sujeitos sociais, na complexa relação do processo participacionista da sociedade civil.

Importante, ainda, não se perder de vista os limites para a economia solidária subsistir à lógica do capital, embora essa afirmativa não signifique desconsiderar suas potencialidades de germinar uma nova cultura do trabalho, como acredita Tiriba. Em outros termos, a economia solidária deve ser abordada na complexa relação que envolve fatores externos, que a conformam na perspectiva do capital, e de fatores internos, que a conformam na perspectiva de construção de práticas emancipatórias.

No que se refere ao caráter emancipatório que tais práticas podem viabilizar, podemos afirmar que há uma aproximação entre Santos e Rodríguez (2002) e Tiriba (2001), no sentido de que, na sua essência, as práticas de economia solidária extrapolam a dimensão produtiva. Porém, consolidar este processo de trabalho baseado na solidariedade, na autogestão, na gestão democrática e participativa, a partir de uma perspectiva política de participação, significa pensarmos a constituição de uma sociedade baseada noutra sociabilidade, que se oponha à sociabilidade do capital. Esse processo se inscreve na construção de um projeto de transformação social muito mais amplo e, conseqüentemente, articulado, da sociedade civil organizada.

Como mencionamos, na perspectiva gramsciana, de forma articulada, sociedade civil e sociedade política podem apontar para espaços em movimento de construção de novas práticas sociais. Neste sentido, devemos considerar que, no interior das práticas das classes subalternas, onde se incluem os segmentos que fazem parte das práticas de economia solidária, mesmo sendo um segmento frágil do ponto de vista político, não se pode descartar a busca de estratégias para sair da condição de total submissão – o que pode significar uma força na constituição de elementos que sinalizem uma nova sociabilidade.

Outra observação pertinente no debate da economia solidária diz respeito ao entendimento, apontado pela literatura, de que, ainda que consideremos as possibilidades de mudanças na dinâmica dos processos de trabalho dessas unidades produtivas, uma das dificuldades no processo de participação coletiva dos grupos é vivenciada pela difícil transição da condição de trabalhador, que historicamente está inserido numa relação de operário/patrão, para uma relação de igualdade entre cooperados. É por isso que um dos grandes desafios, cotidianamente enfrentados por essas unidades produtivas, volta-se para a necessidade de mudança na dimensão cultural, em que aqueles que integram essas práticas se reconheçam enquanto sujeitos do processo. Esta dificuldade das classes subalternas é fruto de um processo histórico marcado pela lógica das relações sociais capitalistas, em que predominam relações verticalizadas e opostas, entre duas classes essenciais e distintas: a condição de trabalhador, personalizando o trabalho, e a condição de patrão, personalizando o capital.

No depoimento de dois integrantes das unidades de economia solidária no estado do Espírito Santo, podemos observar como essa cultura do mando ainda está presente:

“(...) a maioria está acostumada com essa relação de você ter alguém mandando você fazer as coisas, isso acontece desde nossa casa. Em que de tanto você receber ordens né: faz isso, arruma a casa, limpa aquilo. Isso fica preso na cabeça e reflete na relação do nosso trabalho. E de certa forma é até autoritário” (Entrevistado do grupo 08 – Grupo de produção de atividades artísticas – teatro e artesanato).

“(...) a maioria das pessoas que entra lá na cooperativa, acha que quem entra primeiro, quem tá lá na frente são os patrões. Eles não se consideram como parte da cooperativa. Eles não se sentem responsáveis, acham que tem que ser mandados o tempo todo para fazer as coisas ” (Entrevistado do grupo 10 – Cooperativa para confecção de peças de vestuário).

Na atual sociedade de classes, marcada por relações do mando e da submissão, *“muitos trabalhadores e trabalhadoras seguem culturalmente impregnados pela lógica de ter alguém que decida, que seja responsável para dizer que é o que os outros têm de fazer,*

como devem comportar-se, etc.” (Tiriba, 2001: 280). Romper com a relação patrão/empregado incorporada pelas classes subalternas, implica também o enfrentamento de um dos limites vivenciados no interior do modo de produzir dos grupos de economia solidária, conforme as análises divulgadas por diversos especialistas neste campo.

A segunda tese apontada por Santos e Rodríguez (2002), visando ao fortalecimento dessas práticas, caminha na mesma direção da tese anterior, reforçando que *“O êxito das alternativas de produção depende da sua inserção em redes de colaboração e apoio mútuo” (ibidem: 66).* Esta tese marca o caráter de dependência e articulação das unidades produtivas de economia solidária junto às redes de movimentos. Nessa ótica, para suprir a fragilidade dessas práticas, tanto no plano cultural, político e econômico, os autores defendem a necessidade de que as experiências de economia solidária estejam articuladas a um movimento social mais amplo no sentido de contribuir para o fortalecimento destes segmentos a partir de redes de apoio mútuo.

A necessidade dessa articulação se justifica diante do despreparo e fragilidade política dos segmentos que participam das práticas de economia solidária, visto que, em geral, a maioria é originária dos segmentos mais precarizados das classes trabalhadoras. Trata-se de segmentos da sociedade que trazem uma história de vida marcada pela condição de subalternidade e precariedade, e que também vivem com mais intensidade o drama do desemprego.

Diante dessa fragilidade, principalmente política, econômica e cultural, que caracteriza as classes subalternas, *“... o risco de cooptação, fracasso econômico ou desvirtuamento dos projetos alternativos é muito elevado” (ibidem).* Para superar situação tão adversa, Santos e Rodríguez justificam a necessidade da articulação das experiências em redes, evitando o localismo e o isolamento entre as unidades produtivas de economia solidária.

Visando ao fortalecimento dessas práticas, as redes de apoio mútuo, apontadas pelos autores, são compostas basicamente por três tipos de entidades: sindicatos, ONGs, fundações, e as unidades produtivas. Nesta discussão, a literatura nos mostra que tais entidades desempenham um importante papel na criação e consolidação da economia solidária, estabelecendo a articulação necessária ao fortalecimento do conjunto dessas práticas. Mas é preciso considerar que, nesse movimento de apoio das várias entidades às práticas de economia solidária, _essas redes também trazem consigo diferentes

projetos políticos. E que expressam diversos interesses numa arena de tensão e de conflito.

A noção de redes de movimento de Scherer-Warren (1993)²¹ nos ajuda a compreender a importância da constituição dessas articulações internas e externas para potencializar os sujeitos coletivos, como é o caso do campo da economia solidária. Trata-se de uma abordagem onde os movimentos são entendidos enquanto processos de ação política, de práticas sociais em construção.

Entretanto, para Scherer-Warren, a inovação desta análise em relação às análises microsociológicas ou antropológicas da década de 1980, “*encontra-se no surgimento de práticas políticas articulatórias das ações localizadas, de redes de movimentos (networks) e na busca de metodologias que permitam entendê-las*” (1993: 22). Essa abordagem das redes de movimentos ultrapassa a visão fragmentada e isolada dos movimentos reivindicatórios que surgem nos anos 1980, e considera como elemento central a articulação em redes de movimentos, visando ao fortalecimento dos interesses das classes subalternas.

Portanto, entendemos que a apropriação deste debate no campo da economia solidária pode contribuir para que os diversos atores da economia solidária (grupos e entidades de apoio) possam potencializar seu campo de atuação, fortalecendo-se através das redes de movimento e, conseqüentemente, buscando avançar na criação de condições necessárias para potencializar os projetos políticos que constituem os interesses das classes subalternas, visto que, de forma isolada, tornam-se interesses inviáveis de serem alcançados.

De uma maneira geral, a articulação de várias entidades de apoio à economia solidária no atual contexto da realidade brasileira, assim como os próprios Fóruns municipais, estaduais e nacionais de Economia Solidária, formados por segmentos da sociedade civil, embora marcados por forças políticas diversas numa trama conflituosa de interesses, se caracterizam por espaços que têm contribuído positivamente para

²¹ Conforme a autora, uma abordagem da avaliação crítica dos movimentos sociais a partir dos anos 1990 trata de entender as interconexões de sentido entre o local (comunitário) e o global (supranacional, transnacional) (ibidem: 22). No Brasil, o marco destas articulações, em termos de redes, deu-se com a preparação e realização da ECO 92, com a criação da Associação Nacional de ONGs, a Pró Central dos Movimentos Populares e uma grande variedade de Fóruns temáticos organizados pelos movimentos populares e pelas organizações não-governamentais. Para Silva (2002: 144), se a ECO 92 foi um marco expressivo de encontros e estabelecimento de relações entre as organizações sociais brasileiras e as internacionais, não podemos deixar de mencionar que o período da Assembléia Constituinte (1985 a 1988) possibilitou a intensificação dos laços que já existiam no amplo e heterogêneo campo dos movimentos populares no Brasil. Durante este período, os mais diversos movimentos procuraram se articular para respaldar projetos de lei para a formulação da nova Constituição, promulgada em 1988.

fomentar o debate entre os participantes das cooperativas e as entidades de apoio, assim como também apontar e discutir as principais dificuldades que os grupos vêm enfrentando para o seu fortalecimento.

Um destes espaços de articulação em redes, no campo da economia solidária, é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária/FBES, que representa o próprio movimento brasileiro de economia solidária. O FBES foi criado em novembro de 2002, portanto precedeu a própria criação da SENAES em 2003, e é composto pelos Fóruns Estaduais de Economia Solidária. Na verdade o FBES surge a partir de um movimento que se inicia no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, e *“representa um dos sinais de manifestação do nível de organização deste movimento”* (Filho, 2006: 68). Movimento este que, através da pressão de grupos organizados, contribuiu inclusive para a criação da SENAES. Ao articular os diversos Fóruns Estaduais, o FBES objetiva ser um instrumento de constante discussão democrática no fortalecimento da economia solidária no Brasil. Portanto, representa um dos espaços de fortalecimento e discussão da economia solidária enquanto proposta de política pública.

“Para além de ações pontuais relativas à organização de um movimento de atores com origens bastante diversificadas, a tarefa principal que se atribuem aos fóruns parece ser aquela de poder intervir com mais força na construção de políticas públicas através do encaminhamento de proposições” (ibidem).

Sob essa perspectiva de articulação em redes de movimento, compartilhamos com Paoli e Telles a defesa da relevância dos fóruns, como espaços democráticos de discussão e construção de soluções, em que se articulam diversos atores sociais.

“É com essa perspectiva que, em vários locais, vêm sendo criados ‘fóruns de desenvolvimento’. Com denominações diversas nos vários locais em que vêm se desenvolvendo e com formatos institucionais também diversos, esses fóruns vêm se firmando como espaços importantes de articulação entre representantes dos poderes locais, empresários, sindicatos e trabalhadores” (2000: 119).

A análise das autoras aponta para o resgate da participação popular na constituição dos espaços públicos. Os fóruns, como exemplo, vêm se caracterizando como um dos espaços fundamentais na construção democrática da participação e elaboração de propostas que atendam aos interesses coletivos. Portanto, se configuram como espaços que trazem as marcas da diversidade do universo popular, atravessados por conflitos e tensões inerentes à dinâmica societária de “conflituosidade multifacetada” e, por isso, distante da noção da participação popular que aponta uma perspectiva de

homogeneidade e unidade interna, como se o popular fosse “portador de uma virtude política e vocação redentora”.

Alinhado com essa proposta que aponta para a formação da rede de movimentos se inclui o Fórum de Economia Popular Solidária do Espírito Santo/FEPS, que integra o Fórum Brasileiro de Economia Solidária/FBES. Este também expressa um espaço multifacetado de articulação dos grupos de economia solidária e entidades de apoio, na medida em que agrega diferentes propostas e sujeitos sociais. No estado do Espírito Santo, o FEPS foi criado em 2001, portanto antecede em dois anos a criação da SENAES. Sua criação surge diante da necessidade de constituir uma rede local de apoio às unidades de economia solidária, diante do crescimento “desorganizado” dessas práticas no estado. Hoje participam do FEPS, aproximadamente, 70 unidades produtivas de economia solidária e 40 entidades de assessoria e fomento, dentre elas, 14 são os gestores públicos (secretarias de assistência social, representantes de gabinetes de prefeituras, vereadores, deputados estaduais, órgãos governamentais)²².

Através da participação nas plenárias do FEPS/ES desde 2003, percebemos que, embora seja um espaço de aprendizagem inicial de discussão, as reuniões no FEPS vêm impulsionando a articulação política e o fortalecimento entre os grupos de economia solidária e entidades de apoio. Diante das ofensivas do capital sobre o trabalho, os grupos vêm articulando juntamente com as entidades de apoio, forças para superar as dificuldades internas e externas na dinâmica dos processos de trabalho. Dentre essas dificuldades destacam-se: dificuldades de produção, de comercialização, de formação e capacitação dos associados, entre outras.

Mas é preciso destacar que, ainda que embrionária, essa articulação em redes vem dando um salto para que essas unidades saiam do isolamento e viabilizem o compartilhamento de suas ações, as trocas de experiências, já de imediato buscando soluções comuns para a superação de algumas das dificuldades acima apontadas. Por isso não se pode negar que esse processo vem contribuindo para o fortalecimento político desses segmentos, na perspectiva de construção do movimento da economia solidária, mas que deve articular-se também ao movimento mais amplo de luta pela transformação social.

²² Estes dados foram disponibilizados pelo Fórum Estadual de Economia Popular Solidária do Estado do Espírito Santo/FEPS em setembro de 2007. No capítulo 3 caracterizamos as principais ações do FEPS.

Hoje um dos desafios vivenciados pelo FEPS é que os participantes dos grupos de economia solidária constituam efetivamente a base da sua coordenação. Ocupar os espaços de coordenação do fórum exige superar o despreparo político, assim como a frágil participação dos associados nos espaços decisórios.

Contudo, cabe ressaltar que a fragilidade do processo de participação dos grupos de economia solidária traz especificidades inerentes ao recente ressurgimento desse movimento na realidade brasileira, mas também se inscreve no movimento mais amplo da frágil trajetória de participação da sociedade civil na realidade brasileira.

Conforme Dagnino (2002), a distância entre sociedade civil e os partidos políticos, a insatisfação generalizada com a política partidária assinalam, dentre outros fatores, a precariedade da trajetória de participação da sociedade civil na contemporaneidade da realidade brasileira. Todo esse processo traz conseqüências diretas sobre o processo de participação, das classes subalternas nos espaços públicos que se constituem na realidade atual.

Diante da complexidade dos espaços públicos na contemporaneidade, e da fraca cultura participacionista da sociedade civil na sociedade brasileira, é bastante promissor o ressurgimento de movimentos difusos e ainda pouco organizados, dentre eles o da economia solidária, que buscam se articular nos diferentes espaços possíveis de participação do contexto brasileiro.

Em outros termos, embora o movimento da economia solidária, marcado por ambigüidades, também se insira nesse processo de difusa participação, agravado pelo movimento frágil, do ponto de vista político, das classes subalternas, ao mesmo tempo, vem expressando potencialidades da participação desses segmentos nos espaços de debates e processos decisórios – donde a criação do FEPS é expressão da busca desse espaço de participação e articulação de grupos e entidades voltados para o campo da economia solidária.

Dagnino (2002), em uma análise de estudos de casos, destaca que o peso das matrizes culturais no processo de construção democrática, onde se inclui a precariedade da participação desses segmentos na contemporaneidade, é marcado por um campo em que as fragmentações e contradições se mostram evidentes nos estudos realizados. Para a autora:

“Por um lado, o autoritarismo social e as visões hierárquicas e excludentes da sociedade e da política constituem obstáculos cruciais na constituição, mas também no funcionamento dos espaços públicos. Por outro, é precisamente a confrontação desses padrões que é apontada como um dos principais resultados democratizantes de sua atuação” (ibidem: 280).

É nessas relações contraditórias entre sociedade civil e Estado, que os espaços públicos passam a ser entendidos como espaços que publicizam os conflitos em práticas de negociação. Pode-se afirmar que isto vem impedindo que a defesa dos interesses privados se faça, como nas práticas tradicionais de defesa corporativa de interesses, no jogo bruto da força (Paoli e Telles, 2002).

No entanto, embora tenhamos avançado neste processo de construção democrática dos espaços públicos na defesa do interesse público, não podemos desconsiderar que estes espaços “ditos” democráticos ainda estão longe de se configurar como espaços efetivamente democráticos. Porém, conforme Paoli e Telles é precisamente a partir dessas virtualidades do campo democrático, construído a partir dos anos 1980, que podem ser vistas mais do que uma mera suposição, uma aposta política possível na construção democrática dos interesses coletivos.

Numa aproximação da segunda tese defendida por Santos e Rodríguez (2002) quanto à necessidade de articulação das unidades de economia solidária em redes de apoio mútuo, está a análise de Singer (2000). Para este autor a construção de espaços que fortaleçam as práticas de economia traz uma importante contribuição para pensar a articulação dos diversos atores sociais que integram o movimento da economia solidária. Entre esses atores Singer destaca os movimentos sociais, entidades sociais, órgãos públicos ou privados que, apesar da diversidade de suas orientações, sinalizam para o fortalecimento das formas de organização do trabalho na perspectiva emancipatória.

Nesta direção, Singer (2000) registra a importância da participação de vários segmentos da sociedade no movimento da economia solidária, a partir da década de 1990, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida; as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que pertencem às universidades; a Agência de Desenvolvimento Solidário, criada pela Central Única dos Trabalhadores/CUT; a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho/UNITRABALHO; o Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos/DIEESE; a Cáritas, órgão do Conselho Nacional de Bispos do Brasil, e várias Secretarias Municipais

e Estaduais de Ação Social que, entre outras entidades, fomentam as práticas de economia solidária no Brasil.

Sem dúvida, é importante a participação da sociedade civil neste processo de mobilização e criação de propostas de enfrentamento do desemprego. Entretanto, conforme retratam Tavares e Antunes, existem várias entidades voltadas para o fomento das cooperativas com um direcionamento político-econômico subordinado à dinâmica do capital.

Contudo, sem deixar de considerar o caráter que a participação toma nos discursos contemporâneos²³, entendemos que a participação da sociedade civil deve voltar-se para o campo da participação política e crítica na construção de espaços efetivamente públicos e democráticos. É nesta perspectiva política que alguns processos participatórios, que se gestam na realidade brasileira, vêm contribuindo para a publicização de demandas de direitos, assim como para a fiscalização do gasto público, entre os quais temos como referência as práticas do Orçamento Participativo. Como sugere Dagnino (2002), este processo é marcado por um tipo de participação que vai de encontro ao processo participativo na perspectiva da complementariedade instrumental entre os propósitos do Estado e da sociedade civil²⁴.

Em relação à participação do Estado no trato com o social, percebe-se cada vez mais uma diminuição das suas responsabilidades, particularmente, na esfera das políticas públicas sociais. Em contrapartida, a ênfase da lógica neoliberal reforça a mercantilização dos serviços sociais, assim como também apela à sociedade civil para que assuma o trato com as questões sociais, deslocando, portanto, o campo do que é de direito para

²³ Na contemporaneidade podemos visualizar, conforme Dagnino (2002), “*um campo marcado por uma confluência perversa entre um projeto participatório, construído a partir dos anos 1980, ao redor da extensão da cidadania e do aprofundamento da democracia, e o projeto de um Estado mínimo que se isenta progressivamente do seu papel garantidor de direitos*”. Nessa direção a autora destaca que a perversidade está no fato de que são projetos opostos e antagônicos, mas ambos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva. É claro que projetos marcados por um tipo de participação totalmente opostos.

²⁴ Carlos Montañó (2002) desenvolve uma análise no que se refere ao padrão neoliberal de intervenção nas questões sociais. Para o autor privilegia-se uma redução do Estado interventor no trato com as questões sociais e o repasse de tais responsabilidades para o chamado “terceiro setor”. Nesta perspectiva há uma identificação do 3º Setor com a sociedade civil.

uma perspectiva que reatualiza a caridade, a ajuda e a benemerência, agora na perspectiva direta do capital²⁵.

Todavia, é importante salientar que as relações que se estabelecem entre Estado e sociedade civil são sempre tensas e permeadas pelo conflito que subjazem os diferentes projetos políticos, que também são atravessados por diferenças e tensões no seu interior. Isto significa afirmar que essa relação está distante da visão reducionista, em que a sociedade civil é entendida como “pólo de virtude” e o Estado como a “encarnação do mal” (Dagnino, 2002). Sob a perspectiva histórica e contraditória nas relações que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, há que se considerar que são relações cotidianamente construídas e, portanto, transformáveis pela ação política.

Reconhecer que a economia solidária se constitui em um campo democrático em processo de construção, situada numa arena de conflito, é reconhecer que, além da relação de tensão e conflito que se estabelece entre o Estado e a sociedade civil, onde participam diferentes atores sociais, o próprio movimento da economia solidária²⁶ também é atravessado por práticas e concepções ambíguas.

O discurso dos teóricos que defendem a economia solidária é construído no sentido de que ela possa ganhar espaço como uma forma de organização e inserção dos trabalhadores numa economia alternativa à economia do capital. De imediato, isto não parece possível hoje? Para Tiriba (2001), esta perspectiva se traduz em um tipo de economia estimulada por alternativas coletivas voltadas para enfrentar os desafios da sobrevivência e, também da luta contra o capital. No entanto, uma das questões que se

²⁵ Neste processo de retração do Estado nas suas responsabilidades e ações no campo social, lamamoto (1998) constata que na contemporaneidade há uma tendência de refilantropização social dentro de grandes corporações econômicas que passam a intervir na questão social sob uma perspectiva de “filantropia empresarial”. Conforme a autora: *“Importa deixar claro que não se trata de um ressurgimento da velha filantropia, do século XIX. O que se presencia é “filantropia do grande capital”, resultante de um amplo processo de privatização dos serviços públicos. Não mais aquelas ações levadas a efeito por “pessoas de boa vontade”, mas uma outra “filantropia”, estabelecida sob novas bases, não mais românticas, mas integradas ao desenvolvimento das forças produtivas. Dotada de alta eficácia, evocando a solidariedade social na parceria entre a sociedade civil e o Estado, é, entretanto incapaz de deter, ou apenas encobrir, o outro produto daquele desenvolvimento, a reprodução ampliada da pauperização, que, no mundo contemporâneo, atinge níveis de barbárie social”* (lamamoto, 1998: 43).

²⁶ Para aprofundar essa discussão ver Barbosa (2006), que desenvolve uma análise sobre o tema: “Economia Solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho”. Porém, no capítulo quatro, desenvolveremos algumas considerações sobre o contexto da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES vinculada ao MTE, enfocando o papel do atual governo Lula da Silva e a proposta de criação de políticas públicas direcionadas para a economia solidária.

colocam é que, tais práticas parecem expressar muito mais estratégias de sobrevivência das classes subalternas ao desemprego, do que, efetivamente, a luta pela reprodução ampliada da vida.

Mesmo tendo clareza das ambigüidades que envolvem as práticas de economia solidária, este questionamento não significa negar suas potencialidades na constituição de elementos voltados para uma sociabilidade no campo dos direitos. Mas isto impõe considerarmos os limites e desafios que, hoje o novo complexo da reestruturação produtiva tem imposto às classes trabalhadoras. Nesse ponto, o capital vem incorporando as atividades produtivas no campo da economia solidária, particularmente como forma de contenção dos gastos sociais com os trabalhadores. O que, conseqüentemente, vem garantindo maior acumulação do capital.

Neste campo do debate, Tavares (2004) desenvolve uma crítica contundente às políticas de geração de trabalho e renda desenvolvidas pelos governos do Terceiro Mundo, que restringem suas ações a gerar emprego a baixo custo. Nesta direção observa-se que:

“A idéia não é mais fortalecer o setor mediante políticas de emprego, mas ressuscitá-lo na sua capacidade de gerar ocupações a baixo custo para os extremamente pobres. Uma espécie de ‘economia popular’ que se inscreve nas ações de organizações não-governamentais, dentre as quais algumas defendem teses absolutamente ingênuas de que essa forma de organização da produção conduz ao socialismo” (Tavares, 2004: 35).

Na análise de Tavares (2001; 2004; 2006) e Antunes (1995; 1999; 2006), como já foi mencionado neste texto, a retomada das cooperativas tem como objetivo atender à lógica da acumulação na medida em que o núcleo da produção capitalista incorpora estas atividades não assalariadas, ocultando as relações do trabalho assalariado, o que tem levado ao aprofundamento da precarização e superexploração da força de trabalho. Na perspectiva desses autores, todas as cooperativas são funcionais ao capital, pois promovem mecanismos de exploração cada vez maiores da força de trabalho, reduzindo e até extinguindo os direitos trabalhistas.

Para Antunes, este quadro de incremento tecnológico, novas formas de organização da produção e crescimento da terceirização ampliaram as cooperativas de trabalho, *“responsáveis por formas acentuadas de subcontratação e precarização da força de trabalho, pela redução significativa da remuneração da força de trabalho e pelo descumprimento dos direitos trabalhistas”* (2006:23). Tavares (2002) é enfática na sua crítica às cooperativas, ao afirmar que fomentar as atuais formas de inserção no trabalho

é apenas cultural, sob outras denominações, a expansão da informalidade, enquanto estratégia que atende aos interesses do capital, visto que, no desenvolvimento do trabalho na sociedade capitalista, os trabalhadores das cooperativas também estão, obrigatoriamente, submetidos à lógica do capital.

Entretanto, entendemos que essa visão dos autores reflete um determinismo econômico que tende à percepção da economia solidária como um todo homogêneo e, portanto, fechado. Em consequência, nesta ótica, anula-se a percepção da existência da pluralidade de práticas que se desenvolvem no campo da economia solidária. Mesmo que no contexto da globalização neoliberal estejamos vivendo tempos difíceis, de aumento da pobreza, desigualdade social, desemprego, entre outras expressões da questão social, que se agravam na contemporaneidade, é preciso reconhecer que, no interior da sociedade civil, onde se consideram a diversidade de projetos que a constituem, se gestam movimentos e grupos mais ou menos organizados, que apontam para *“processos de construção de uma cultura mais democrática na sociedade brasileira”* (Dagnino, 2002). Portanto, reduzir a percepção desses movimentos a uma visão de homogeneidade atrelada à lógica da racionalidade instrumental, é desconsiderar a diversidade da sociedade civil e suas potencialidades.

2.3.

Limites e potencialidades na constituição de uma nova sociabilidade: algumas contribuições

Nos marcos da globalização neoliberal, as perspectivas de autores como Tavares e Antunes são extremamente relevantes e consistentes para iluminar nossa análise quanto aos limites e potencialidades da economia solidária na sociedade contemporânea brasileira.

Considerando as ambigüidades que na atualidade constituem as práticas de economia solidária, a análise de suas potencialidades na constituição de elementos que sinalizam uma nova sociabilidade impõe discutirmos seus processos de trabalho como fruto das atuais transformações societárias. Mas também como fruto de processos de

aprendizagem informais,²⁷ que se desenvolvem nos espaços das unidades produtivas de economia solidária.

O que se quer afirmar é que, numa arena de tensão e de conflito, as unidades produtivas de economia solidária estão inseridas na lógica capitalista, e por isso, estão subordinadas a esse modo de produção. Mas expressam, também, indícios de resistência ao capital, através da gestão democrática e coletiva, partilha dos resultados do trabalho entre os trabalhadores, organização de movimentos na perspectiva política da solidariedade intra-classes.

Sob esse prisma, e ultrapassando uma visão idealizada das unidades produtivas de economia solidária na constituição de uma nova sociabilidade, nossa hipótese é que esses espaços, ainda que ambíguos e limitados pela dinâmica do capital, podem engendrar processos educativos cujos elementos constitutivos apontam para os resultados extra-econômicos. Em outros termos, resultados com ênfase no caráter educativo-cultural, que têm sustentado a permanência dos trabalhadores nessas práticas.

Como será tratado no Capítulo 4, a pesquisa de campo realizada junto a 10 unidades produtivas de economia solidária, situadas no estado do Espírito Santo, aponta elementos que sugerem a incorporação dessas práticas à sociabilidade do capital. Mas também indicam em alguns casos, a presença de características de uma sociabilidade emancipatória. Essas práticas não parecem estar reduzidas nem à sociabilidade do capital, e nem à sociabilidade emancipatória, pois na pesquisa de campo não encontramos na realidade um estado puro de sociabilidade dessas unidades de economia solidária. O que se evidencia é que, em diferentes graus de desenvolvimento político, econômico, cultural, há uma mesclagem dessas duas sociabilidades presentes nos processos de trabalho das unidades de economia solidária. Como constatamos nos depoimentos dos grupos entrevistados há uma incorporação de elementos tanto da lógica do capital, quanto de elementos da lógica educativa/emancipatória.

Esse processo nos mostrou que, na disputa de dois projetos hegemônicos, um marcado pela sociabilidade emancipatória/democrática, e outro, pela sociabilidade do capital, existem hoje nuances, variações de experiências desenvolvidas pelas classes

²⁷ Esta abordagem se apóia na análise que Meszáros (2005) traz sobre a concepção ampla de educação. Para o autor o processo de aprendizagem é contínuo e se desenvolve no cotidiano da vida social, que ultrapassa a educação nos espaços formais. Portanto deve-se considerar a educação que se situa também fora das instituições educacionais formais, historicamente vinculadas ao capital. Posteriormente avançaremos nessa discussão.

subalternas e que precisam ser consideradas a partir das suas potencialidades, assim como dos seus limites. Sob essa perspectiva importa ter clareza de que a economia solidária se coloca numa arena política de conflito e tensão, em que se entrecruzam particularmente, dois projetos políticos distintos, o da lógica gerencial e o da lógica emancipatória.

Partindo da idéia de que a economia solidária é parte de um movimento que se constitui no interior da sociedade capitalista, movimento este que ressaltamos ser frágil e inconsistente do ponto de vista político, o atual contexto histórico mostra que o caminho na direção de uma nova sociabilidade é complexo e difícil, diante da diversidade de interesses e projetos políticos que estão em questão.

É neste campo de incertezas sobre um futuro mais promissor para uma grande maioria da humanidade, que a retomada na cena política brasileira de alguns movimentos “organizados”, ainda que frágeis, abrem alguns horizontes. Sob essa perspectiva, compartilhamos com Paoli e Teles a visão de que nesses espaços abrem-se possibilidades *“que não se deixam encapsular nas suas singularidades de classe e trazem o sentido de invenção de regras da convivência pública e de princípios reguladores de uma sociabilidade democrática”* (2002: 107).

Nesta direção, retomamos a importância de potencializar a dimensão educativa dos movimentos e grupos “organizados” que sinalizam elementos na contramão da lógica dominante, e insistem de alguma forma, na participação política voltada para a constituição dos interesses coletivos.

“Não porque sejam portadores de alguma virtude política intrínseca. Mas pela constituição no terreno conflituoso da vida social, de arenas públicas nas quais os conflitos ganham visibilidade como acontecimentos, no qual os sujeitos coletivos se constituem como interlocutores válidos e nas quais os direitos estruturam uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais demandas coletivas são problematizadas e avaliadas nas suas exigências de equidade e justiça. Neste sentido, essa linguagem é a fonte de processos que enlaçando diferentes significados e práticas, põe em movimento a aspiração de redefinir o poder social, esses significados e práticas desalojam a cultura política dominante, ao fazê-la enfrentar outras culturas e outras políticas” (ibidem: 106).

Com as autoras podemos afirmar que, embora o atual contexto, marcado pela globalização neoliberal, apresente uma frágil mobilização e trajetória de participação da população brasileira, é necessário explicitar nesse horizonte de reinvenção dos espaços públicos que, tanto no plano da política, quanto no plano da cultura, confrontam-se os

diversos movimentos organizados da sociedade brasileira, apontando para novas formas de sociabilidade política.

Como já foi sinalizado, se os movimentos sociais mais amplos da realidade brasileira se apresentam frágeis, na área da economia solidária essa fragilidade é ainda mais preocupante. Entretanto, embora este último seja um movimento incipiente politicamente, desenvolve-se na contemporaneidade através da articulação de fóruns, assembleias, entre outros espaços que, na perspectiva gramsciana, podem contribuir para a promoção sócio-política. E, conseqüentemente, para o desenvolvimento de valores ético-políticos voltados para os interesses das classes subalternas.

Nesse ponto de vista, entendemos que a luta imediata desses segmentos pela sobrevivência, não pode estar descolada da luta mais ampla para a construção de uma nova sociabilidade. Como está sendo tratado neste estudo, é necessário dar caráter político às estratégias de sobrevivência produzidas pelas classes subalternas. Caso contrário, corre-se o risco de o movimento da economia solidária, entre outros, reduzir-se à mera estratégia de sobrevivência. Nessa perspectiva, Frigotto esclarece que:

“A realidade nos mostra, então, que como os trabalhadores não querem morrer – o ser humano quer viver – se organizam sem muita ideologia, por uma questão de necessidade, para produzirem, das mais diversas formas, sua sobrevivência física. É aí que nosso maior desafio se apresenta de maneira mais evidente: **dar caráter político, organização, caráter coletivo e de alternativa a essa realidade disforme, espontânea, premida pela urgência da necessidade**. E aí, é preciso que as instituições da sociedade civil, os partidos e sindicatos vinculados historicamente às lutas dos trabalhadores reflitam, analisem para não enveredar em descaminhos. Trata-se, sem dúvida, de uma situação onde andamos num fio de navalha, já que essas instituições estão também marcadas por várias facetas da crise: econômica, ideológica, ético-política” (2004:281). (**Grifos nossos**).

Dentre essas formas de organização das classes subalternas para sobreviver, a economia solidária expressa um movimento complexo e multifacetado. Pois, diante dos sujeitos sociais²⁸ que integram essas práticas, trata-se de um movimento que incorpora características do conceito de cultura popular, revelando elementos que apontam para processos de resistência, mas ao mesmo tempo expressando conformismo à lógica vigente.

²⁸ Os indivíduos que integram as unidades de economia solidária, em sua maioria, se constituem pelos segmentos mais pauperizados das classes trabalhadoras que, frente à exclusão social no mercado de trabalho formal, buscam estratégias de sobrevivência através da inserção nessas práticas.

É nesse processo, marcado por um movimento contraditório, que definimos um posicionamento de que, mesmo com clareza dos limites do potencial organizativo das classes subalternas e, particularmente, dos segmentos que participam da economia solidária, se constroem espaços públicos que apontam para uma outra sociabilidade.²⁹

Nesta perspectiva, nos unimos à abordagem de Frigotto (2004) e também de Santos e Rodríguez (2002)³⁰ quanto à articulação das práticas alternativas aos movimentos sociais, embora os autores assumam perspectivas diferenciadas. Frigotto traz uma abordagem mais radical dessa articulação, através da ênfase no caráter político dessas práticas junto à luta pela transformação social. E, como já mencionamos, Santos e Rodríguez trazem uma abordagem da articulação das atividades alternativas de produção às redes de apoio mútuo.

Importa ressaltar que os autores resgatam a necessidade de que tais práticas, que surgem a partir da necessidade de sobrevivência, não caiam no isolamento. Em outros termos, é preciso ter em mente que a construção de uma nova sociabilidade não se constituirá através de um movimento que se reduz a um pequeno grupo de trabalhadores, mas envolve a articulação em um movimento social mais amplo da sociedade civil organizada. A articulação desses grupos às redes de apoio mútuo, ou seja, aos movimentos sociais contribui para que essas práticas saiam do isolamento.

Nessa discussão, em entrevista, um dos integrantes de uma unidade de economia solidária no Espírito Santo, sobre as dificuldades de mobilização desses grupos e as possibilidades dessas práticas se desenvolverem na realidade capitalista, destaca a importância da articulação em redes.

“Eu diria que é muito difícil, apontar nesse momento que estamos vivendo, o sucesso da economia solidária como modo de produção, como a gente costuma dizer. Porque a questão do trabalho de geração de renda é um trabalho antigo na nossa história. Mas com esse perfil de hoje, com essas preocupações centrais da economia solidária hoje,

²⁹ Na discussão sobre a importância dos espaços de participação das classes trabalhadoras no atual contexto histórico, vale ressaltar uma preocupação apontada por Dagnino: a superdimensão que tem se dado a este processo na contemporaneidade. Segundo a autora, *“atribuir indiscriminadamente aos espaços de participação da sociedade civil o papel de agentes fundamentais na transformação do Estado e da sociedade, na eliminação da desigualdade e na instauração da cidadania, transformando as expectativas que estimularam a luta política que se travou pela sua constituição em parâmetros para sua avaliação, pode nos levar inexoravelmente à constatação do fracasso”* (2002: 296).

³⁰ Como tratado anteriormente, na segunda tese sobre as alternativas de produção, a partir da análise das experiências empreendidas na América Latina, os autores esclarecem que: “Um dos fatores mais importantes para o aparecimento, a sobrevivência e expansão das alternativas é a existência de um movimento social mais amplo que as produza e mantenha a sua integridade. O caso do MST é a ilustração mais clara dessa afirmação” (Santos e Rodríguez, 2002: 66).

é preciso a organização em redes, organizando cadeias, pressionando o poder público por políticas públicas. Nessa área eu diria que é muito recente, né? Como isso é muito recente, eu tenho muita dificuldade de avaliar as nossas forças para se manter. Mas eu acho que é uma promessa. E vai depender muito de como a gente consegue afirmar os princípios da economia solidária. E aí, nesse aspecto eu sinto que nos empreendimentos que a gente tem, mesmo no nosso, os princípios ainda são muito frouxos. Porque a dinâmica do mercado nos dá na cara o tempo todo. Ele exige de nós o tempo todo. E nem sempre a nossa resposta à dinâmica do mercado_ observa aquilo que a gente considera princípio da economia solidária. E aí eu acho muito difícil afirmar qualquer coisa” (Entrevistado do grupo 09 – Cooperativa para a formação e qualificação de projetos sociais).

Embora de forma inconsistente, podemos afirmar que, no interior da sociedade capitalista, forjam-se movimentos contraditórios em processos de construção que apontam para uma disputa pelos sentidos do trabalho.

Neste campo de conflito de diferentes interesses de classe, como já destacamos, se distinguem dois projetos políticos que incidem na área da economia solidária. Aquele que perpassa a lógica gerencial, com ênfase nos resultados dos processos de trabalho, atendendo diretamente aos ditames do capital; e outro que perpassa a lógica educativa ou emancipatória com ênfase nos processos de construção de espaços públicos e efetivamente democráticos, que partem das necessidades das classes subalternas. Neste_“campo de conflito que é também de disputa pelos sentidos de modernidade, cidadania e democracia” (Telles,2006:413), existem variações e nuances de experiências que, mesmo no contexto de crise do sistema do capital, continuam a acontecer. Elas não se apresentam no sentido da linearidade, mas conjugam elementos dos diversos projetos em curso, expressando as ambigüidades que revelam as diferentes experiências das classes subalternas.

Entre esses dois projetos, a economia solidária conforma variações de práticas que têm resultado, para os segmentos das classes subalternas, no acesso a parte das suas necessidades, como renda, educação, mudanças de valores e comportamentos. Mas, ao mesmo tempo, não se pode negar que se trata de uma sociabilidade que incorpora e subsume o trabalho à sociabilidade do capital, em conformidade com a lógica da produção capitalista. Essa idéia pode ser observada nos depoimentos colhidos junto aos associados que integram as unidades de economia solidária no estado do Espírito Santo.

“Hoje em termos de emprego tá muito difícil. A gente queria ter mais segurança. O artesanato agora tá sendo um meio de sobrevivência. Porque pelo menos **a gente está fazendo um trabalho e tendo alguma renda, que a gente divide entre nós.** O dinheiro não vai para outro país, para uma grande empresa, entendeu? O que a gente faz é para nós, a gente vê ali o resultado. Assim, pra mim tá

havendo transformações cada dia. Cada dia eu **tô conhecendo mais, aprendendo mais** e trazendo as pessoas pra cá. Aqui você aprende o que é ser solidário, nós pegamos e trocamos nossas mercadorias. Então é uma coisa legal, porque não é igual ao capitalismo, que é só com dinheiro que você vai ter aquilo” (Entrevistado do grupo 01 - Grupo de produção de roupas íntimas).

“Eu **aprendi aqui a ser uma pessoa mais comunicativa**, a gente aprendeu a dar mais valor ao trabalho que a gente faz, dar mais valor as pessoas. A **gente conseguiu gerar renda** e nosso intuito também é chamar mais pessoas pra trabalhar e gerar mais renda pra gente. E a gente tá trabalhando pra isso. Hoje o pessoal tá fazendo cursos, a gente tá ficando mais capacitada. Isso vai melhorar pra gente **abrir espaço no mercado**” (Entrevistado do grupo 04 - Associação para fabricação de produtos de limpeza).

Nos depoimentos acima quer se destacar que, apesar das práticas de economia solidária estarem possibilitando alguma renda, acesso ao conhecimento, mudanças de valores e comportamentos, trata-se de experiências que, na fala dos entrevistados, são fortemente marcadas pela lógica do capital. Logo, mescladas pela sociabilidade do capital e pela sociabilidade emancipatória.

Com o próximo depoimento, podemos perceber que a economia solidária se constitui num sonho futuro, mas no qual é necessário acreditar.

“A economia ela pode mudar, cabe a gente tá preparando para poder oferecer uma outra economia. Uma economia muito mais justa. E que a gente não deixe esse poder subir à cabeça. E fazer a mesma coisa que os poderosos fazem com a gente. Que a gente não se torne opressor. Mas a gente precisa juntar e ter força pra isso. Talvez eu esteja até morto, seja daqui a cem anos, cento e cinqüenta. Mas o que eu faço aqui hoje não é lutar pra mim, é uma mudança pro futuro, dos meus filhos, netos, bisnetos. É pro futuro da nova sociedade com a qual a gente luta. É isso que a gente tem que ter a visão, de que esse movimento da Economia Solidária que hoje acontece precisa fortalecer, porque precisa nascer uma nova economia, uma nova sociedade. E é isso que a gente acredita. Por isso que a gente vai tentando caminhar. Vamos tentar fazer alguma coisa. Acho que o mais importante é a gente tentar um mundo melhor, mais humano, justo. Você não pode deixar a coisa morrer, os seus sonhos de uma nova economia morrer. Isso é o mais importante” (Entrevistado do grupo 02 – Cooperativa de pesca).

Observa-se, neste depoimento, que a inserção na prática da economia solidária expressa o desejo de lutar e acreditar na construção de uma outra sociedade. Embora não se constitua como um processo imediato, como ressalta o entrevistado, trata-se da busca de uma economia baseada numa sociabilidade humana, em oposição à sociabilidade do capital.

Isto nos faz resgatar a questão da dimensão educativa da economia solidária em referência às potencialidades do caráter educativo presente nos movimentos sociais.

Para Gohn (2001), a existência de processos educativos fora dos canais institucionais escolares, impõe considerarmos a dimensão da organização política e a dimensão da cultura política existentes nas práticas dos sujeitos sociais.

Na dimensão da organização política, a consciência adquirida progressivamente, através do conhecimento, leva à organização do grupo. Por tratar-se de um processo de que participam vários agentes que atuam junto aos segmentos das classes subalternas (assessorias técnicas, políticas e religiosas de perspectivas diversas), a consciência se constrói a partir da agregação de informações dispersas. Portanto através de um processo conflituoso de avanços e recuos mas que, conforme Gohn, *“possibilita aos participantes dos movimentos se apropriarem de informações, desenvolvendo um conhecimento sobre as engrenagens tidas como técnicas e, sobretudo, identificando os interesses envolvidos”* (2001: 18).

No que se refere à dimensão da cultura política, Gohn (2001) esclarece que o caráter educativo nos movimentos sociais se constrói também no exercício da prática cotidiana, que leva ao acúmulo de experiências vivenciadas no passado (opressão, negação dos direitos) e no presente. E dessa fusão entre passado e presente, transforma-se em força social coletiva organizada. Dessa forma, entendemos que embora marcado por uma dinâmica de conformismo e resistência à lógica vigente, através do caráter educativo expresso nos movimentos sociais, *“aprende-se a não ter medo de tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível. Aprende-se a decodificar o porquê das restrições e proibições. Aprende-se a acreditar no poder da fala, das idéias...”* (ibidem, 2001: 19).

Cumpramos destacar, portanto, que as práticas de economia solidária também conformam, em diferentes graus de desenvolvimento, processos educativos marcados por essas duas dimensões. Portanto, as potencialidades do processo educativo na constituição de uma nova sociabilidade devem ser consideradas em referência à articulação dessas dimensões. Para isso destacam-se algumas categorias centrais.

2.4. Categorias centrais da Economia Solidária

Na análise das potencialidades do caráter educativo presente na dinâmica dos processos de trabalho nas unidades de economia solidária, torna-se necessário problematizar algumas categorias. Dentre elas destacamos a autonomia, a autogestão, a gestão democrática e a própria concepção de solidariedade que, como mencionamos, é

sustentáculo dessas práticas. Trata-se de categorias centrais na análise da construção de uma nova cultura do trabalho. Pois,

“A cultura é uma dimensão essencial na conformação da sociabilidade como campo de expressão da alienação e da rebeldia, dos refúgios encontrados pelas classes subalternas para se preservarem do castigo do trabalho, presentes no seu universo simbólico e na organização da vida cotidiana. A preocupação é explicar as formas de protesto e reiteração à alienação do trabalho expressas a partir da vivência do trabalho, procurando desvelar o conteúdo crítico das práticas culturais – materiais e simbólicas – que nem sempre se traduzem na esfera política *stritu sensu*” (Iamamoto, 2006: 86).

Nesta dimensão, resgatar a noção de cultura é dar visibilidade e importância às várias formas em que as classes subalternas³¹ se organizam e constroem suas práticas. Significa considerar as diferentes concepções que esses segmentos trazem, e que se expressam na maneira de ver e de agir na sociedade.

Nessa perspectiva, a lógica estabelecida nas formas de organização dos processos de trabalho nessas unidades produtivas são indicadoras de tendências no sentido da constituição de uma nova sociabilidade. Assim, buscando ultrapassar a idéia de nomear ou classificar as práticas não assalariadas que apontam para a perspectiva de uma nova sociabilidade, é importante investigar como as categorias aqui referidas vêm sendo construídas.

A **solidariedade** merece destaque por se constituir como categoria chave na concepção da economia solidária. A solidariedade humana é um valor ético essencial na formação e desenvolvimento do trabalho na perspectiva emancipatória, reforçado por todos os autores de referência: “as experiências associativas têm a solidariedade como musa inspiradora” (Tiriba, 2001: 37). Aqui a dimensão da solidariedade se opõe radicalmente ao significado da solidariedade construída na lógica do capital, tão presente e difundida na contemporaneidade. A solidariedade proposta nas práticas de economia solidária, na sua concepção mais ampla, não se refere à solidariedade da caridade e da benemerência. Na medida em que ela adquire a perspectiva da justiça, da equidade, da cooperação, da responsabilidade coletiva na construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária, definir a solidariedade como uma categoria central dessas atividades produtivas implica termos clareza da complexidade que ela assume nessas experiências.

31 Ao considerarmos as classes subalternas, entendemos que, nestes segmentos se constitui a cultura popular que, como mencionamos anteriormente, se efetua por dentro da cultura dominante mas, ao mesmo tempo, nela cria formas de resistência. Portanto, a cultura popular é permeada pelo jogo interno do conflito e do consenso.

No nosso entender, é um desafio pensar essa solidariedade intra-classes, num contexto marcado por desigualdades sociais, discriminação, individualismo, e onde as experiências de economia solidária são forjadas. Esta, porém, é uma reflexão necessária porque significa pensar a base histórica em que se configuram as classes subalternas, o que pode viabilizar o resgate do seu potencial político.

Façamos, portanto uma breve recuperação de alguns elementos que buscam explicitar as distintas significações da categoria solidariedade. Conforme Jamur:

“Solidariedade, como se sabe, não é uma noção nova, nem uma questão que somente agora, neste final de século, mobilize a reflexão dos sujeitos na sociedade. Aparentemente, o sentido de solidariedade é compreendido por todos, na medida em que evoca formas historicamente presentes em praticamente todas as sociedades, desde a antiguidade. Entretanto, essa pseudo-transparência encobre o fato de que múltiplos fenômenos e sentidos diversos estão associados ao termo, não sendo raro que, ao empregá-lo, se tenha como referência uma espécie de nebulosa nacional...”, “...ou então, que se apele para o sentimentalismo, para a comiseração ou a piedade, o que frequentemente vem sendo explorado pela mídia que, na busca de legitimação para algumas posições, recorre até mesmo a alguns cientistas sociais” (1999: 26).

É importante observar que, originalmente, a noção de solidariedade surge na esfera do direito, estabelecendo-se como um termo jurídico do Direito Romano. Interessa-nos destacar que, com a emergência da questão social no século XIX, a solidariedade é retomada através de um movimento legislativo que a coloca com base no direito social, através de uma crescente intervenção do Estado (ibidem).

Visando a compreender os significados que a solidariedade toma na contemporaneidade, e o seu uso indiscriminado, resgatamos as formas históricas que ela assume no desenvolvimento das sociedades. Jamur (1999) ressalta que os estudos da solidariedade distinguem as formas tradicionais³² e as formas modernas de solidariedade³³. De maneira sucinta, nas formas tradicionais têm-se uma noção de solidariedade não-

³² Vale ressaltar que as duas matrizes intelectuais que nos dão a noção da solidariedade tradicional estão ligadas ao estoicismo e ao cristianismo primitivo, que se expandem na Europa, na região mediterrânea, portanto, ligadas às estruturas do mundo antigo medieval. Para avançar nesta discussão ver Jamur, M. Solidariedade(s). In: O Social em Questão. Volume 4-, Nº4, 1999. RJ: PUC, Departamento de Serviço Social.

³³ No que se refere às formas modernas de solidariedade, segundo Jamur (1999: 32), ‘Entre o final do século XVII e o início do século XIX, sobretudo na Inglaterra, já eram observados fenômenos e práticas sociais que poderiam ser analisados sob a ótica da solidariedade moderna: aparecem as primeiras ações dos trabalhadores, no enfrentamento das novas situações econômicas e sociais onde o conceito e a prática da solidariedade são fundamentais para o desenvolvimento e a maturação dos movimentos trabalhistas. A associação operária é uma primeira reivindicação, que constitui a base da organização dos trabalhadores, que teria na greve o primeiro instrumento de defesa e de luta, baseado na força e na eficácia da solidariedade’.

terrestre, com forte componente moral, constitutivo da natureza humana. Nesta, as referências da solidariedade estão ligadas apenas à moralidade e aos costumes, sendo concernente à vida privada dos indivíduos (ibidem).

Já a concepção moderna de solidariedade surge em articulação com as formas de sociabilidade urbana, centrada na idéia de dependência recíproca, ou seja, na relação do indivíduo com a sociedade e com os demais membros dessa mesma sociedade. Percebida, do ponto de vista jurídico, na forma organizada e institucionalizada por um agrupamento social, torna-se, portanto, uma questão que diz respeito à esfera pública, aos fundamentos do viver em sociedade, onde ganha relevo a dimensão social.

Na contemporaneidade podemos afirmar que a solidariedade ainda assume características - tão presentes na realidade cotidiana - ligadas à moral dos indivíduos, a partir da reconstrução da lógica caritativa do voluntariado que nega toda uma identidade política aos diversos segmentos sociais. E reatualiza, com ares de modernidade, a *“valorização da filantropia como figura da solidariedade e fraternidade com os deserdados da sorte” (Telles, 2006: 411).*

Mas a solidariedade assume também hoje, características que envolvem uma prática entre as classes trabalhadoras, a partir de uma perspectiva política de construção da cidadania. A partir dessa dimensão, podemos perceber que a solidariedade pode, através do ato criador e socializador de toda a população, cimentar um projeto articulado de sociedade (Gramsci, apud Semeraro, 1999). É

nesta direção que Gramsci resgata o potencial das classes subalternas na construção da hegemonia. Nesta dinâmica da ação política, a história é entendida como processo, em que as classes trabalhadoras constroem e reconstróem suas práticas visando a um novo projeto de sociedade. E isto se dá através da ação política consciente das classes subalternas, não como meros reprodutores da estrutura capitalista vigente, mas como sujeitos de uma classe social que, solidariamente, se unem em torno de objetivos comuns.

Lisboa (2003) faz um importante registro histórico de como a categoria solidariedade é utilizada de forma indiscriminada, tendo em vista os diferentes significados que assume ao longo da história. Para o autor é recorrente a utilização da palavra solidariedade de forma despolitizada, para mascarar as relações sociais capitalistas a partir da lógica neoliberal e do individualismo. Essa concepção de solidariedade está ligada ao

reconhecimento da alteridade, baseada numa solidariedade interclassista para com o outro. Para Lisboa a solidariedade, como valor universal, é perceber-se enquanto membro da família humana a partir do sentimento de responsabilidade para com o destino da humanidade. Nesse sentido, segundo o autor, a solidariedade não pode ser considerada somente no plano do sentimento, pois “... a solidariedade precisa da razão para não se reduzir a mero sentimentalismo...” (2003: 245).

Nesse enfrentamento que envolve relações de poder, é importante considerar, em cada conjuntura, a correlação de forças. Neste sentido, Demo (2002) traz uma interessante contribuição ao desenvolver uma análise da solidariedade como efeito de poder, reconhecendo que, na contemporaneidade, aprofunda-se uma dimensão política da solidariedade, atrelada muito mais às elites dominantes do que aos interesses das classes trabalhadoras.

Ao identificar a solidariedade de baixo construída no interior das classes trabalhadoras, e a solidariedade de cima, que provém do direcionamento político dado pelo centro do sistema capitalista ou pelas elites dominantes, o autor questiona qual tipo de solidariedade tem-se consolidado na contemporaneidade.

“... até que ponto a solidariedade é apenas truque de domesticação – seja pela via do cultivo da ignorância para alimentar e manter a massa de manobra, seja pela via das ajudas que só ajudam a marginalizar ainda mais os marginalizados, seja pela via da compreensão truncada da pobreza como simples carência material para evitar a sublevação dos excluídos. A solidariedade tem sido um discurso contraditório...” (Demo, 2002: 12).

Apesar de a solidariedade estar se configurando em nossa realidade como efeito de poder do capital, através de propostas “salvacionistas” como, Amigos da Escola, Terceiro Setor, que desobrigam e acalmam a consciência das elites, e afastam o Estado das suas responsabilidades para com as questões sociais, é necessário considerar o potencial da solidariedade de baixo, como destaca Demo que, numa perspectiva política de mobilização e questionamento da lógica vigente, vem sendo gestada no interior das classes trabalhadoras, embora timidamente.

Neste sentido, Demo (2002) entende a solidariedade como fenômeno histórico-estrutural, em que podemos buscar realizações relativas da solidariedade na história concreta, dependendo, sobretudo da cidadania. Para isto, o autor destaca dois fatores políticos de inegável relevância. O primeiro se refere à habilidade de reconstruir conhecimento para fins de intervenções alternativas. Pois, para o autor, o conhecimento é a invenção mais

potente do ser humano, porque é ferramenta de intervenção tanto na natureza como na sociedade. O outro fator que contribui para a realização da solidariedade, numa perspectiva política das classes subalternas, refere-se à construção da cidadania coletiva organizada, onde a força do conhecimento se traduza em bem comum.

De forma articulada, entendemos que estes dois fatores, construção do conhecimento e da cidadania, traduzem elementos que podem contribuir para apreensão da solidariedade de baixo. Especialmente no que se refere ao embrionário movimento de construção de um novo sentido do trabalho pelos grupos de economia solidária.

Como categoria base para compreendermos os processos de trabalho nas unidades produtivas de economia solidária, a solidariedade deve ser considerada numa perspectiva intra-classes, perpassada num movimento dialético de conflito/consenso, resistência/negociação. Neste sentido, embora reconheçamos a fragilidade das classes subalternas no processo organizativo, considera-se a solidariedade sob a ótica da dimensão política de participação coletiva dos sujeitos.

A **gestão coletiva** é outra categoria chave na análise dos processos de trabalho nas unidades produtivas de economia solidária, embora numa perspectiva oposta à forma como vem se configurando nas empresas capitalistas³⁴. Nessas unidades, existe uma tentativa de construção e vivência de uma proposta diferente da gestão coletiva da lógica gerencial. A participação de todos os componentes do grupo é fator central na direção que é dada ao trabalho cooperativo. Nesse sentido, a gestão coletiva envolve o poder coletivo dos trabalhadores em tomar decisões e não somente a participação nas assembleias.

Na pesquisa de campo, que será objeto de análise no Capítulo 4, podemos constatar que a gestão coletiva para seus integrantes é percebida como um avanço, e de fundamental importância para o sucesso do grupo. Entretanto, como pode ser observado nos depoimentos, os grupos ainda têm muitas dificuldades para vivenciá-la.

“A gestão coletiva é de fundamental importância. Mas a dificuldade da gestão coletiva_ não é você diferenciar isso do sistema

³⁴ Vale ressaltar que, na realidade brasileira, o discurso da participação na administração e organização do trabalho se inicia nos anos 1980, sob inspiração do modelo japonês, a partir do toyotismo restrito que se desenvolve no Brasil (Alves, 2000), num contexto marcado pelo binômio da reestruturação produtiva e do projeto neoliberal. Portanto, este tipo de gestão participativa incorporada cada vez mais pela reestruturação produtiva, em referência às grandes empresas, trata-se de um ambiente típico da produção capitalista.

capitalista. A dificuldade da gestão coletiva é sempre vivenciar porque não é fácil. A gente não tá preparado pra isso, pra decidir junto. Aí a gente perde pessoas no grupo” (Entrevistado do Grupo 06 – Associação voltada para fabricação de roupas e acessórios).

“A dinâmica da gestão coletiva, da divisão das responsabilidades, da necessidade da gente mesmo encontrar a solução para os problemas que a gente enfrenta no trabalho, para alguns isso, às vezes é muito complicado. Na nossa cooperativa mesmo a gente vê isso. Efetivamente a gente tem sete pessoas se comprometendo ali no cotidiano da cooperativa, e as outras já vieram, já se afastaram porque elas não conseguiram se adaptar a essa dinâmica. Delas encontrarem as soluções, delas decidirem junto, delas produzirem soluções pros problemas. Então, esse é um exercício cotidiano, que a gente não tá acostumado, não faz parte da nossa cultura. Exercício cotidiano, ali do princípio, de você lembrar, retornar ao princípio da economia solidária. Para os outros e pra gente. Porque a gente as vezes também esquece. E acaba tendo atitudes que não fortalece o grupo. E aí a gente tem que repactuar as nossas relações” (Entrevistado do Grupo 09 – Cooperativa para formação e qualificação de projetos sociais).

A gestão coletiva, sob a ótica dos princípios da economia solidária, é desafiada cotidianamente pelos associados. As ofensivas do capital sobre o mundo do trabalho, que captura a subjetividade dos trabalhadores, assim como a existência, na cultura brasileira, de uma histórica relação do mando, arraigada nas relações sociais capitalistas, são alguns dos aspectos que acabam dificultando a gestão coletiva nessas práticas.

Na literatura se colocam alguns impasses no processo de gestão coletiva. Um deles refere-se a esse aspecto da cultura do mando, presente na relação patrão/empregado da sociedade capitalista. Trata-se de uma relação historicamente marcada por relações autoritárias, hierarquizadas e voltadas para atender aos objetivos do capital.

Superar essa relação enraizada na própria cultura da sociedade brasileira torna-se um desafio cotidiano enfrentado pelas práticas de economia solidária. E que exige *“um verdadeiro processo de aprendizagem do novo papel e das oportunidades e responsabilidades”* (Santos e Rodríguez, 2002: 65) que a organização em cooperativas exige.

Outro elemento que vem dificultado a gestão coletiva e, conseqüentemente, o processo de participação, especialmente desses segmentos subalternos, refere-se ao campo do conhecimento, do saber técnico. *“Entender um orçamento, uma planilha de custos, diferentes materiais de construção”* (Dagnino, 2002: 284) tornam-se atividades quase impossíveis de serem desenvolvidas por esses trabalhadores.

Na medida em que os segmentos que participam dessas práticas são segmentos que historicamente não tiveram acesso à educação, as deficiências causadas pelo sistema educacional brasileiro vêm agravando profundamente a inserção no trabalho desses sujeitos sociais. Nesse processo, além da fragilidade política dos grupos subalternos, já mencionada, também as fragilidades no campo educacional, marcadas por uma lógica excludente, são elementos desafiadores no processo de gestão coletiva das classes subalternas. Podemos observar como, também nos grupos de economia solidária entrevistados, o não acesso ao conhecimento técnico acaba interferindo na busca da gestão coletiva dos associados. Conforme o depoimento abaixo, podemos constatar essas afirmações.

“A gente não sabe muito. Mas a gente tenta fazer um monte de informação para todo mundo participar nas reuniões. É colocado tudo em geral, a administração, a parte contábil. Mas às vezes a gente não consegue discutir pro lado técnico, a gente faz a reunião mais pro lado social. Porque pro lado técnico acaba sendo muito mais complicado. Pelo fato de que a gente não tem essa formação técnica, entendeu? E muitas vezes pra você conseguir uma formação técnica, pra chegar e ajudar tem que disponibilizar de dinheiro. Você tem que pagar um técnico, você tem que pagar uma pessoa. E a gente não tem essa disponibilidade de dinheiro. O que a gente muitas vezes tenta fazer é com as nossas próprias pernas. Às vezes a solução vem com as nossas idéias, mas mesmo assim tem a parte contábil. E a gente peca muito pelo fato de que a gente não tem esse conhecimento. Por exemplo: quando foi fechar o caixa desse ano, a gente ficou doido. Porque deu no vermelho. Quando a gente viu que fechou no vermelho de 10 mil, todo mundo ficou doido. Falei assim: o que é que tá acontecendo que tá fechando no vermelho de 10 mil. Só que o que acontece. Falha. Falha pelo fato de que muitas pessoas emitiu mais notas de compra, do que de venda. E aí quando você chega, sem você perceber tá lá, no vermelho. E que não é real. Mas por falta, muitas vezes dessas questões técnicas, de você não saber, as coisas ficam capengas. E isso é muito complicado” (Entrevistado do grupo 02 – Cooperativa de pesca).

Pode-se observar que as práticas de economia solidária buscam pautar seus processos de trabalho nos princípios e valores que as sustentam. Entretanto, materializá-los no cotidiano tem sido um grande desafio, diante das atuais transformações societárias, objeto de análise do próximo capítulo.

Reconhecemos que, embora a economia solidária seja uma discussão polêmica na literatura brasileira, partilhemos com Tiriba (2001) a perspectiva de que, sem distanciar-se da análise das relações sociais capitalistas, é importante considerar a direção que as práticas de economia solidária assumem na dinâmica do trabalho. Ou seja, a maneira como interpretam e constroem a realidade estará norteadada pelo tipo de racionalidade que direcionará a formação e desenvolvimento dessas práticas. Entretanto, essa afirmativa ultrapassa a tendência que aponta para uma possível virtude intrínseca emancipatória

dos movimentos “organizados”³⁵ no contexto dos anos 1990 e, particularmente aqui, do recente e frágil movimento da economia solidária.

Neste aspecto, resgatamos em Santos e Rodríguez (2002) a discussão da primeira tese sobre as alternativas de produção, em que o autor ressalta o caráter extra-econômico destas práticas através dos “*processos culturais, sociais e políticos*”. É claro que a dimensão econômica é importante, especificamente porque é ela que tem sido a grande motivação para a inserção desses segmentos nas práticas de economia solidária, no contexto do desemprego estrutural. Porém, tanto a bibliografia quanto a pesquisa de campo nos mostram a precariedade e até a inexistência do retorno econômico que essas atividades produtivas têm possibilitado aos associados. É neste sentido que, diante das formas ambíguas com que essas práticas se expressam na realidade brasileira – heterogêneas, fragmentadas e diversificadas – a hipótese central desse estudo volta-se para a dinâmica dos processos de trabalho dessas práticas, e analisa a ênfase nos resultados do caráter extra-econômico. Sob essa análise, um aspecto importante é o caráter educativo, que valoriza as questões culturais e políticas que têm sustentado a permanência dos sujeitos sociais nas unidades de economia solidária.

Nestes termos, embora no atual contexto histórico não possamos negar o caráter estrutural que captura as práticas de economia solidária à lógica capitalista, as potencialidades dessas experiências a partir da dimensão educativa parecem sinalizar, num campo de conflito e de tensão, elementos que se propõem na direção de uma nova sociabilidade.

Nesse ponto, torna-se necessário o resgate dos valores extra-econômicos como democracia, justiça, solidariedade e outros, como a mudança de comportamentos, valorização da auto-estima na análise das potencialidades do caráter educativo. Esse espaço da economia solidária reabre para os segmentos das classes subalternas a possibilidade de luta pelos direitos, o sentimento de pertencimento a algum lugar ou espaço, num longo processo marcado pela exclusão de todas as formas de ser.

Ao problematizar esta questão da direção que orienta as práticas de economia solidária, numa importante contribuição de Tiriba, identifica-se que:

“além do caráter educativo desses empreendimentos, cabe indagar em que aspectos e em que medida as formas não assalariadas de

³⁵ Não se trata de imaginar fórmulas salvacionistas e muito menos creditar à participação popular de grupos específicos alguma vocação hegemônica e redentora dos dramas nacionais (Telles, 2006).

trabalho empreendidas pelos setores populares fazem coro com os projetos de deterioração das relações de trabalho, hoje tão fortemente presentes no processo de reestruturação produtiva e de globalização da economia” (2001: 190).

Não podemos negar que as diferentes práticas de trabalho não assalariadas surgem num contexto da economia capitalista, marcadas pelo aprofundamento da acumulação, em que novas modalidades de assalariamento se colocam em contraposição às formas de trabalho regulamentadas historicamente e relativamente estáveis.

Contudo, é preciso que, na análise dos processos de trabalho que se constituem nas práticas de economia solidária, se considere a deterioração das relações de trabalho, imposta para as classes trabalhadoras diante da globalização neoliberal. Mas supõe também uma reflexão sobre as potencialidades do desenvolvimento de uma consciência crítica, que tem levado alguns segmentos dessas práticas a se posicionarem e a lutarem pela melhoria das condições de vida e trabalho, constituindo, assim, os diferentes espaços públicos na realidade brasileira.

Como temos insistentemente tratado, entendemos que as práticas de economia solidária, recentemente retomadas no contexto histórico das transformações societárias, não estão reduzidas a uma ou outra lógica, seja ela gerencial ou emancipatória. Mas, numa dinâmica societária conflituosa e multifacetada, são práticas atravessadas por ambas as lógicas, onde o que se quer investigar é a dinâmica dos processos de trabalho que as constituem a partir da importância da dimensão educativa na constituição de uma nova sociabilidade.

No atual contexto, esta análise sugere que, na constituição e desenvolvimento dos processos de trabalho nas unidades produtivas de economia solidária, é preciso ter os olhos atentos para as formas de precarização do trabalho mas, ao mesmo tempo, considerar que a realidade não é estática, e sim marcada por um processo histórico de mudanças, onde novos sujeitos sociais “mais ou menos organizados” se inserem na luta pela melhoria das condições de vida e trabalho.

Nesta perspectiva, vale mais uma vez recorrer a Gramsci (1968) quando, na análise do “Americanismo e fordismo”, o autor aposta na concepção crítica e histórica das massas, que favorecem a formação de uma personalidade própria dos trabalhadores, da liberdade e da capacidade de iniciativa, da função da cultura e o processo de subjetivação das classes subalternas. Dessa forma, realizadas as mediações necessárias é preciso

considerar a análise das potencialidades dos grupos que constituem as práticas de economia solidária. Pois,

“Não se pode esperar que a reconstrução seja iniciada pelos grupos sociais 'condenados', mas sim por aqueles que estão criando, por imposição e através do próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem. Eles 'devem' encontrar o sistema de vida 'original', e não de marca americana, para transformar em 'liberdade' o que hoje é 'necessidade'” (Gramsci, 1968: 412).

Essas considerações visam a esclarecer que, pensar a economia solidária na contemporaneidade, como um dos espaços que podem contribuir para a construção de uma nova sociabilidade, não significa acreditar que caberá a ela, em si mesma, instaurar uma sociedade fundada no trabalho social emancipado. Seria um equívoco dar esta dimensão ao potencial “transformador e revolucionário” dos grupos que fazem parte das práticas de economia solidária. Isto não significa negar as potencialidades desses espaços na construção de alguns elementos que apontam para uma nova sociabilidade, mas o que se pretende analisar são as potencialidades dos valores extra-econômicos no processo de construção de uma cultura mais democrática na sociedade brasileira³⁶.

Neste sentido, apesar da tendência de orientação emancipatória apontar para uma dimensão das potencialidades dessas práticas, num contexto adverso aos princípios e valores que as norteiam, esta análise exige situar essas práticas e projetos num contexto marcado pelas contradições da sociedade capitalista. Particularmente frente à flexibilização e desregulamentação das relações sociais de trabalho, que assumem uma tendência de precarização e exploração.

Assim, em tempos de crise no mundo do trabalho, discordamos de alguns teóricos que colocam em questão a centralidade da categoria trabalho, para pensar a sociedade contemporânea.

³⁶ Com já mencionamos, ver em Dagnino (2002) três pontos destacados pela autora que revelam o reconhecimento do impacto cultural positivo sobre o processo de construção de uma cultura mais democrática, a partir da análise de relatos de experiências no Brasil.